

JOSÉ GASPAR BISCO JUNIOR

**ALÉM DO CARTÃO-POSTAL: *OVERTOURISM* E SEUS DESAFIOS EM UM
MUNDO DE ECONOMIA LOW COST - IMPACTOS SOCIOCULTURAIS EM
VENEZA, MACHU PICCHU E FERNANDO DE NORONHA**

SÃO PAULO

2024

JOSÉ GASPAR BISCO JUNIOR

**ALÉM DO CARTÃO-POSTAL: *OVERTOURISM* E SEUS DESAFIOS EM UM
MUNDO DE ECONOMIA LOW COST - IMPACTOS SOCIOCULTURAIS EM
VENEZA, MACHU PICCHU E FERNANDO DE NORONHA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo,
apresentado ao Departamento de Relações Públicas,
Propaganda e Turismo (CRP)

Orientação: Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Bisco junior, José Gaspar

Além do Cartão-Postal: Overtourism e seus Desafios em um Mundo de Economia Low Cost : Impactos socioculturais em Veneza, Machu Picchu e Fernando de Noronha / José Gaspar Bisco junior; orientador, Reinaldo Miranda de Sá Teles. - São Paulo, 2024.

85 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. overtourism. 2. turismofobia. 3. Fernando de Noronha. 4. Veneza. 5. Machu Picchu. I. Teles, Reinaldo Miranda de Sá. II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Bisco Junior, José Gaspar

Título: ALÉM DO CARTÃO-POSTAL: *OVERTOURISM* E SEUS DESAFIOS EM UM MUNDO DE ECONOMIA LOW COST - IMPACTOS SOCIOCULTURAIS EM VENEZA, MACHU PICCHU E FERNANDO DE NORONHA

Aprovado em: ____/____/____

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda o fenômeno do *overtourism* nas cidades de Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha, analisando os impactos do turismo de massa nessas localidades. A pesquisa investiga a turismofobia, a proliferação das companhias aéreas de baixo custo e o crescimento da indústria de cruzeiros, avaliando como esses fatores contribuem para a superlotação e os desafios enfrentados pelos residentes locais e pelas autoridades. Através de uma análise detalhada dos casos de Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha, o estudo busca compreender as consequências socioeconômicas e ambientais do *overtourism*, além de discutir possíveis estratégias de gestão para mitigar seus efeitos negativos e promover um turismo mais sustentável.

Palavras-chave: *Overtourism*, turismofobia, companhias aéreas de baixo custo, cruzeiros, Machu Picchu, Veneza, Fernando de Noronha, sustentabilidade turística.

ABSTRACT

This thesis examines the phenomenon of *overtourism* in the cities of Machu Picchu, Venice, and Fernando de Noronha, analyzing the impacts of mass tourism on these locations. The research explores turismofobia, the proliferation of low-cost airlines, and the growth of the cruise industry, assessing how these factors contribute to overcrowding and the challenges faced by local residents and authorities. Through a detailed analysis of the cases of Machu Picchu, Venice, and Fernando de Noronha, the study aims to understand the socio-economic and environmental consequences of *overtourism*, as well as to discuss possible management strategies to mitigate its negative effects and promote more sustainable tourism.

Keywords: *Overtourism*, turismofobia, low-cost airlines, cruises, Machu Picchu, Venice, Fernando de Noronha, sustainable tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Registro em muro contra os turistas.....	30
Figura 2: Cruzeiro no grande canal de Veneza	37
Figura 3: Excesso de turistas em Veneza	39
Figura 4: Protesto contra a diminuição de moradores em Veneza	40
Figura 5: Contagem da população de Veneza	43
Figura 6: Chegada de visitantes ao Santuário de Machu Picchu	52
Figura 7: Evolução de visitantes a sítios turísticos do Peru (janeiro-março)	56
Figura 8: Mapa do Arquipélago de Fernando de Noronha com destaque para as Unidades de Conservação APA-FN e PARNAMAR-FN.....	65
Figura 9: Número de visitantes em Fernando de Noronha ao longo dos anos	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
3 – O TURISMO DE MASSA E O IMPACTO PARA OS RESIDENTES.	18
3.1 O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DE CRUZEIROS E A PROLIFERAÇÃO DAS EMPRESAS AÉREAS LOW COST	18
3.2 OS IMPACTOS PARA OS RESIDENTES	21
4 – <i>OVERTOURISM</i> E O IMPACTO NAS CIDADES DE VENEZA, MACHU PICCHU E FERNANDO DE NORONHA	33
4.1 O CASO DE VENEZA.....	33
4.2 O CASO DE MACHU PICCHU.....	49
4.3 O CASO DE FERNANDO DE NORONHA	63
5 - CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do *overtourism* é uma expressão direta do sucesso da indústria do turismo, que experimentou um crescimento exponencial nas últimas décadas. Esse aumento massivo do número de viajantes globais é resultado de uma série de fatores, incluindo avanços tecnológicos, maior acessibilidade a viagens e uma mudança nas preferências dos consumidores em direção a experiências de viagem autênticas e únicas. No entanto, esse crescimento desenfreado também trouxe consigo uma série de desafios e consequências não intencionais.

Uma das principais características do *overtourism* é o congestionamento de visitantes em destinos turísticos populares, especialmente em áreas urbanas e em locais de grande valor cultural e histórico. Isso pode levar a uma série de problemas, como superlotação de espaços públicos, impacto negativo na infraestrutura local, aumento dos preços de moradia devido à demanda turística e pressão sobre os recursos naturais e culturais.

Além disso, o *overtourism* também pode resultar em uma série de impactos sociais negativos, incluindo a perda de identidade cultural e a alienação dos residentes locais. Em muitos casos, moradores de áreas turísticas são deslocados para dar lugar a empreendimentos ou enfrentam uma deterioração na qualidade de vida devido ao influxo constante de visitantes.

Do ponto de vista econômico, embora o turismo traga consigo benefícios econômicos significativos, como geração de empregos e receitas fiscais, o *overtourism* pode levar a uma dependência excessiva do turismo como principal fonte de renda. Isso pode tornar as comunidades locais vulneráveis a flutuações no mercado turístico e expô-las a riscos econômicos significativos.

No aspecto ambiental, o *overtourism* pode causar danos irreparáveis aos ecossistemas naturais frágeis, poluição do ar e da água, degradação do solo e perda de biodiversidade. Além disso, o aumento do tráfego de turistas pode contribuir para as mudanças climáticas, aumentando as emissões de gases de efeito estufa e acelerando a degradação ambiental.

Em 2022, as chegadas internacionais alcançaram a impressionante marca de 1,3 bilhão de turistas, segundo os dados divulgados pela Organização Mundial do

Turismo (Exame, 2014). Esse crescimento pós pandemia demonstra um reaquecimento que se aproxima do recorde alcançado em 2019, quando o número de turistas alcançou a marca de 1,5 bilhão (Brito, 2019), demonstrando a crescente importância do turismo na economia mundial. Com uma contribuição estimada em cerca de 10,4% do PIB global, o setor turístico se estabeleceu como um dos principais motores econômicos em muitas regiões do mundo.

em cada dez empregos no mundo vinculado direta ou indiretamente ao setor, o turismo desempenha um papel fundamental na criação de oportunidades de emprego e no desenvolvimento econômico. Em 2017, por exemplo, aproximadamente um em cada cinco empregos criados foi atribuído ao setor turístico, evidenciando sua capacidade de gerar empregos e impulsionar a atividade econômica em diversas comunidades ao redor do mundo (Terra, 2019). Esses números ganham ainda mais destaque quando consideramos as projeções para o futuro. De acordo com estimativas do World Travel & Tourism Council (WTTC), espera-se que o turismo represente uma parcela ainda maior da economia global nos próximos 10 anos, alcançando a marca de 11,4%, acima dos 10% em 2019. Essa previsão ressalta a contínua ascensão e o impacto significativo que a indústria do turismo terá no cenário econômico global (Fernandes, 2024).

Portanto, os números expressivos de chegadas internacionais e seu impacto econômico e social destacam a importância do turismo como uma força motriz na economia global, sublinhando a necessidade de uma gestão responsável e sustentável dessa atividade para garantir seus benefícios a longo prazo.

O crescimento exponencial do turismo é impulsionado por uma miríade de fatores, abrangendo desde o advento de plataformas digitais, como o *Airbnb*, até a maior acessibilidade das viagens aéreas e o aumento do turismo de cruzeiros. Esses avanços, embora promovam a importante democratização das viagens e dos destinos, também contribuem para uma concentração geográfica dos fluxos turísticos, muitas vezes resultando no fenômeno do *overtourism*, caracterizado pelo excesso de turistas em destinos já saturados.

O conceito de *overtourism* abarca uma gama de questões interconectadas relacionadas ao crescimento desenfreado do turismo e seus efeitos adversos. Além da superlotação de espaços públicos, engloba a mercantilização excessiva de

patrimônios culturais, a descaracterização de espaços e produtos locais autênticos, a escassez de moradias para residentes de longa data, os danos ambientais e infraestruturais, bem como os conflitos crescentes entre turistas e comunidades locais.

Embora o termo *overtourism* tenha adquirido proeminência recentemente, muitos dos problemas que ele encapsula não são novos. Contudo, sua popularidade crescente reflete uma conscientização renovada sobre os impactos negativos do turismo em áreas urbanas e a urgência de se adotarem medidas para mitigar esses impactos. Destinos emblemáticos, como Veneza e Machu Picchu, testemunham décadas de pressão do turismo, com os impactos negativos agora alcançando níveis críticos que demandam intervenções imediatas.

Diante desses desafios, a pesquisa sobre *overtourism* não apenas busca compreender o fenômeno em sua complexidade, mas também visa analisar suas ramificações e identificar estratégias eficazes para lidar com ele. Isso requer uma revisão abrangente da literatura existente, que abrange desde conceitos fundamentais, como capacidade de carga e modelos de gestão de destinos turísticos, até discussões sobre turismo sustentável e práticas de governança. Integrando essas perspectivas diversas, espera-se lançar luz sobre as nuances do *overtourism* e fornecer insights valiosos para sua gestão e mitigação efetiva.

2 – OVERTOURISM: ORIGEM E DEFINIÇÕES DO CONCEITO

O termo "*Overtourism*" surgiu em 2016, atribuído à Skift (Ali, 2016), e desde então várias definições foram propostas. Para os colaboradores deste projeto, *overtourism* é definido como o impacto negativo do turismo em um destino ou em partes dele, resultando em uma deterioração significativa da qualidade de vida dos residentes locais e/ou da experiência dos visitantes. Em essência, esse fenômeno é consequência de uma má gestão e de um desenvolvimento turístico descontrolado. Embora o termo tenha sido cunhado recentemente, os sinais de *overtourism* já eram evidentes na virada do milênio e se intensificaram na primeira década dos anos 2000. Cidades como Barcelona começaram a sentir os efeitos negativos do turismo de massa, e entre 2010 e 2012, a cidade já estava clamando por soluções diante da crescente insatisfação dos moradores com a invasão turística.

Para mitigar esses impactos, é essencial que o turismo seja desenvolvido e gerenciado de forma sustentável, tanto para os visitantes quanto para as comunidades locais. Isso envolve fortalecer as relações entre o setor de turismo e as comunidades por meio do engajamento comunitário, gerenciamento de congestionamentos, redução da sazonalidade, planejamento cuidadoso respeitando os limites de capacidade e especificidades de cada destino, além da diversificação de produtos turísticos.

O tema do *overtourism* não é uma novidade nas discussões sobre os impactos do turismo nos destinos. A preocupação central abordada por esse conceito, que se refere aos impactos negativos exacerbados sobre as comunidades locais e o meio ambiente, tem sido objeto de análise crítica na esfera acadêmica por um longo período. Embora uma revisão detalhada da literatura sobre os efeitos prejudiciais do turismo esteja além do escopo deste estudo, o objetivo deste segmento é destacar e examinar os principais conceitos, estudos e estruturas conceituais da academia relacionados ao *overtourism* e suas questões correlatas.

Termos como *overtourism* ou 'turismofobia' têm feito manchetes recentemente. Eles refletem desafios de gerenciar os crescentes fluxos de turismo em destinos urbanos e o impacto do turismo nas cidades e seus residentes. Mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas e estima-se que, até 2050, essa proporção

chegará a 70%, de acordo com o Sumário Executivo da UNWTO de 2018. Além disso, o número crescente de turistas urbanos aumenta o uso de recursos naturais, causa impacto sociocultural e exerce pressão sobre infraestrutura, mobilidade e outras instalações. Gerenciar adequadamente o turismo para benefício tanto dos visitantes quanto dos residentes sempre foi uma questão fundamental para o setor.

Muito antes do surgimento de palavras da moda como *overtourism*, a OMT definiu a capacidade de carga do turismo como "o número máximo de pessoas que podem visitar um destino turístico ao mesmo tempo, sem causar destruição do ambiente físico, econômico e sociocultural e uma diminuição inaceitável na qualidade da satisfação dos visitantes". O turismo só será sustentável se for desenvolvido e gerenciado considerando tanto os visitantes quanto as comunidades locais. Isso pode ser alcançado por meio do envolvimento da comunidade, gerenciamento de congestionamentos, redução da sazonalidade, planejamento cuidadoso que respeite os limites de capacidade e as especificidades de cada destino, e diversificação de produtos.

Além disso, é essencial considerar indicadores quantitativos e qualitativos ao definir e monitorar a congestão turística, a capacidade de carga e os "limites de mudança aceitáveis" para garantir uma visão abrangente do impacto do turismo. No entanto, ao abordar a congestão turística, diversos mitos frequentemente surgem e precisam ser desmistificados para uma compreensão mais clara do problema e de suas possíveis soluções. Quatro desses mitos associados à congestão turística são rebatidos:

1. Congestão turística não se trata apenas do número de visitantes, mas da capacidade de gerenciá-los.
2. A congestão turística é geralmente um problema localizado em áreas específicas da cidade, não em toda a cidade.
3. Não é apenas um problema do setor de turismo, mas envolve a pressão excessiva sobre os recursos e infraestrutura da cidade, afetando também os residentes e trabalhadores locais.

4. Soluções tecnológicas sozinhas não são suficientes para resolver o problema da congestão turística; é necessário um esforço cooperativo entre múltiplos interessados, incluindo partes interessadas com interesses conflitantes.

O termo "capacidade de carga" entrou em destaque pela primeira vez em 1964, quando John Foster publicou o artigo "*The Sociological Consequences of Tourism*", iniciando um debate sobre os potenciais impactos negativos do turismo. No mesmo ano, J. Alan Wagar aprofundou essa discussão ao analisar os fatores que determinam a capacidade de carga em ambientes naturais em seu texto "*The Carrying Capacity of Wild Lands for Recreation*". Inicialmente, seu estudo concentrou-se em parques e reservas naturais, com o objetivo de definir o nível de capacidade de carga recreativa dessas áreas com base na quantidade de visitantes.

O conceito de Capacidade de Carga Recreativa/Turística desenvolvido na década de 1970 por George H. Stankey, Roger N. Clark e Richard C. Lucas (1979)¹ é utilizado para determinar a quantidade máxima de visitantes que uma área turística pode suportar sem comprometer sua integridade ambiental, social e cultural. Essa análise se baseia na ideia de que todos os recursos naturais e culturais têm limites de capacidade que, quando excedidos, podem resultar em degradação, deterioração ou perda de qualidade. A Capacidade de Carga Recreativa/Turística é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo características geográficas, disponibilidade de infraestrutura, políticas de gestão e comportamento dos visitantes.

Por sua vez, o Modelo Irridex de Doxey (Monterrubio Cordeiro, 2008), proposto por George C. Doxey em 1975, descreve as fases pelas quais os residentes de uma área turística passam à medida que a pressão do turismo aumenta. O modelo sugere que os residentes de destinos turísticos passam por quatro estágios emocionais em resposta ao turismo de massa: euforia, apatia, irritação e antagonismo.

O estágio da Euforia é caracterizado por uma recepção calorosa e positiva dos turistas pelos residentes locais. Neste ponto, os benefícios econômicos e sociais do turismo são percebidos como altamente positivos. Os residentes tendem a ver os visitantes como uma fonte de renda e emprego, e o influxo de turistas é frequentemente saudado com entusiasmo. O segundo estágio seria a Apatia. Nesse estágio, conforme o aumento do número de turistas, os residentes podem começar a se acostumar com sua presença e os benefícios associados ao turismo podem ser

percebidos como menos impressionantes. Neste estágio, os residentes ainda não estão experimentando muitos dos impactos negativos do turismo, então sua atitude tende a ser uma mistura de aceitação e indiferença. O terceiro estágio é chamado de Irritação e à medida que o turismo continua a crescer, os residentes começam a notar os efeitos negativos em suas vidas diárias. Isso pode incluir superlotação de espaços públicos, aumento dos preços de moradia devido à demanda turística, congestionamento de tráfego, degradação ambiental e perda de identidade cultural. Neste estágio, a tolerância dos residentes em relação ao turismo começa a diminuir e a insatisfação pode se tornar evidente. Para finalizar, é caracterizado o estágio do Antagonismo, que é marcado por uma hostilidade significativa em relação ao turismo. Os residentes sentem que os impactos negativos superam em muito os benefícios, e podem se engajar em protestos, movimentos de resistência ou campanhas para limitar o turismo em suas comunidades. O antagonismo pode surgir devido a uma variedade de fatores, incluindo a percepção de que os turistas estão explorando ou degradando a comunidade local, ou que os governos estão priorizando os interesses turísticos em detrimento dos residentes locais.

Esses estágios não são necessariamente sequenciais ou lineares, e diferentes comunidades podem experimentar esses estágios de maneiras diferentes, dependendo de uma variedade de fatores, como o grau de desenvolvimento do destino, o tipo de turismo praticado e as políticas de gestão de turismo implementadas.

Nos primórdios da década de 1980, a Organização Mundial do Turismo cunhou o conceito de capacidade de carga, visando avaliar a habilidade de uma determinada região em suportar um fluxo de visitantes sem comprometer seu estado natural. Este conceito emergiu como resposta à crescente inquietação com os impactos ambientais decorrentes do turismo desenfreado.

O conceito de Ciclo de Vida das Destinações Turísticas (CVDT) foi proposto por Richard Butler em 1980 como uma forma de compreender as mudanças que ocorrem em destinações turísticas ao longo do tempo. Butler (1980) sugere que as destinações turísticas passam por estágios de desenvolvimento semelhantes aos ciclos de vida de produtos, com cada estágio caracterizado por diferentes padrões de demanda, infraestrutura e impactos socioeconômicos.

No estágio intitulado como Exploração, a destinação é descoberta por um pequeno número de turistas que estão em busca de experiências autênticas e não comerciais. Geralmente, esses turistas são pioneiros e têm pouco impacto na cultura local. O segundo estágio é o do Envolvimento. Nele, à medida que a destinação começa a atrair mais turistas, o envolvimento cresce. A infraestrutura turística básica começa a ser desenvolvida para atender à demanda emergente, mas a destinação ainda mantém sua autenticidade e charme original. O estágio intermediário é chamado de Consolidação, na qual a destinação experimenta um rápido crescimento do turismo. A infraestrutura turística é significativamente expandida para acomodar o aumento da demanda, incluindo hotéis, restaurantes, estradas e aeroportos. O número de turistas continua a aumentar, e a destinação se torna mais comercializada e conhecida.

Após esses três estágios de rápido crescimento do destino turístico, Butler apresenta o estágio da Estagnação, no qual a destinação atinge um ponto de saturação, onde a demanda estabiliza ou diminui. A infraestrutura pode se tornar obsoleta ou excessivamente desenvolvida para as necessidades atuais, e a destinação pode começar a perder sua atratividade devido à superexploração, preços altos ou problemas de qualidade. Dessa forma, a destinação entra no estágio de Declínio ou Rejuvenescimento, no qual dependendo das ações tomadas pelos stakeholders locais, a destinação pode entrar em um estágio de declínio, onde o turismo diminui e a infraestrutura se deteriora, ou pode passar por um processo de rejuvenescimento, onde novas estratégias de marketing, investimentos em infraestrutura e diversificação do produto turístico são implementados para revitalizar a destinação.

A ideia por trás da capacidade de carga é estabelecer um limite máximo de visitantes para áreas recreativas, levando em conta não apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a qualidade da experiência do visitante. Em sua essência, a capacidade de carga é definida como a quantidade máxima de visitantes que uma área pode acomodar sem acarretar impactos negativos significativos nos recursos naturais e garantindo altos níveis de satisfação para os visitantes.

Inicialmente aplicado em contextos naturais, o conceito de capacidade de carga rapidamente transcendeu para ambientes urbanos complexos, onde questões de *overtourism* começaram a surgir. A interseção entre capacidade de carga e

overtourism tem sido objeto de estudo acadêmico, destacando a necessidade premente de monitoramento e gestão eficaz para evitar a superlotação turística e salvaguardar tanto a qualidade da experiência do visitante quanto a integridade ambiental.

3 – O TURISMO DE MASSA E O IMPACTO PARA OS RESIDENTES.

3.1 O CRESCIMENTO DA INDUSTRIA DE CRUZEIROS E A PROLIFERAÇÃO DAS EMPRESAS AÉREAS LOW COST

A indústria de cruzeiros tem experimentado um crescimento substancial nas últimas décadas, transformando-se em um dos segmentos mais dinâmicos do setor turístico. Este crescimento trouxe consigo um aumento significativo no número de portos que atraem navios de cruzeiro e, conseqüentemente, um fluxo maior de turistas para destinos que, muitas vezes, não estão preparados para lidar com tais massas. Enquanto os cruzeiros são celebrados por impulsionar economias locais, fornecendo uma fonte robusta de receita através do turismo, os impactos negativos associados à sua expansão são igualmente notórios e complexos.

Os navios de cruzeiro trazem milhares de turistas para os portos por apenas algumas horas ou um dia, o que representa um desafio único para os destinos. Essa forma de turismo contribui para a superlotação, especialmente em cidades pequenas e locais históricos, onde a infraestrutura muitas vezes não consegue suportar o aumento súbito na população. Além disso, o período de tempo limitado em que os turistas permanecem nos destinos significa que o gasto per capita pode ser relativamente baixo em comparação com outros tipos de turistas que ficam mais tempo. Assim, enquanto a presença visual e a ocupação dos espaços são elevadas, os benefícios econômicos diretos para a comunidade local podem não ser proporcionais.

A questão ambiental é outra preocupação crítica associada ao aumento dos cruzeiros. Os grandes navios de cruzeiro são notórios pelo volume significativo de poluentes que liberam, tanto em termos de emissões de carbono quanto pela descarga de águas residuais e resíduos sólidos no mar. Além disso, a presença frequente desses grandes navios pode levar à erosão das costas e danos aos ecossistemas marinhos, especialmente em áreas que dependem da beleza natural para atrair turistas.

Socialmente, a indústria de cruzeiros também apresenta desafios. O influxo temporário e massivo de turistas pode levar a um desgaste nas relações entre visitantes e residentes, criando um cenário onde os locais podem sentir que suas cidades estão sendo 'invadidas'. Isso pode contribuir para sentimentos de ressentimento e até mesmo turismofobia, uma rejeição aos turistas que perturba a coesão social. Além disso, a gentrificação impulsionada pelo turismo pode resultar, com os preços dos imóveis e aluguéis nas áreas portuárias subindo, forçando residentes de longa data a se mudarem de suas comunidades.

Para abordar esses desafios, algumas cidades já começaram a implementar políticas para controlar o impacto dos cruzeiros. Medidas como limitar o número de navios que podem atracar simultaneamente, cobrar taxas de entrada dos turistas e regulamentar rigorosamente as questões ambientais são algumas das iniciativas adotadas. Essas ações visam equilibrar os benefícios econômicos do turismo de cruzeiros com a proteção dos recursos locais e a qualidade de vida dos residentes.

Enquanto a indústria de cruzeiros contribui significativamente para a economia do turismo global, é crucial que seu crescimento seja gerenciado de forma a mitigar os impactos negativos. Isso requer uma colaboração efetiva entre as operadoras de cruzeiros, as autoridades locais e as comunidades portuárias para garantir que o desenvolvimento do turismo seja sustentável e beneficie todos os envolvidos de maneira justa e equitativa.

Outro aspecto crucial no crescimento do *overtourism* é a ascensão das companhias aéreas de baixo custo, conhecidas como *Low Cost Carriers* (LCCs). Essas companhias revolucionaram a indústria da aviação e alteraram significativamente a dinâmica do turismo mundial nas últimas décadas. Ao democratizar o acesso às viagens aéreas, essas empresas tornaram possível que uma parcela muito mais ampla da população pudesse viajar a preços acessíveis. Com tarifas reduzidas e operações altamente eficientes, as LCCs não apenas fomentaram um aumento substancial no tráfego aéreo global, mas também exerceram uma influência marcante sobre os destinos turísticos que servem, moldando novas rotas e acessos em uma escala sem precedentes.

Historicamente, a emergência das LCCs foi facilitada por mudanças regulatórias significativas, como o *Airline Deregulation Act* de 1978 nos Estados

Unidos, seguido por uma liberalização semelhante no espaço aéreo europeu na década de 1990. Essas mudanças permitiram uma concorrência mais intensa e a entrada de novos jogadores no mercado, o que resultou em uma maior oferta de voos a preços mais baixos e a introdução de modelos de negócios inovadores focados na eficiência e na redução de custos (Doganis, 2010).

As LCCs, como a Ryanair e a EasyJet na Europa, adotaram uma estratégia de operar em aeroportos secundários e menos congestionados, o que não só reduziu seus custos operacionais, mas também ajudou a distribuir o tráfego turístico para áreas menos exploradas. Essas companhias oferecem uma classe de serviço única, alta densidade de assentos e rotas diretas, focando em vendas diretas ao consumidor principalmente através de plataformas online (Almeida e Costa, 2012).

Essa abordagem tem sido duplamente benéfica: por um lado, permitiu às LCCs crescer e capturar uma parte significativa do mercado de viagens aéreas; por outro, provocou uma democratização das viagens, onde mais pessoas podem viajar mais frequentemente e por menos dinheiro. Em 2010, as LCCs representavam 44% do mercado aéreo europeu, com números ainda mais altos em países como Espanha e Reino Unido, onde alcançaram 65% e 60%, respectivamente (Doganis, 2011).

No entanto, o aumento da acessibilidade às viagens aéreas promovido pelas LCCs também tem suas desvantagens, especialmente em termos de *overtourism*. Destinos que anteriormente eram considerados remotos ou exclusivos estão agora sob o risco de superlotação e degradação ambiental e cultural. Este fenômeno não só altera a dinâmica local e a experiência do visitante, mas também coloca pressões significativas sobre a infraestrutura local e os recursos naturais.

O impacto ambiental das operações das LCCs também é notável, com um aumento nas emissões de carbono e outros poluentes associados ao aumento das viagens aéreas. Apesar de suas operações eficientes, o volume de voos e passageiros contribui significativamente para o problema global das mudanças climáticas.

Socialmente, enquanto o aumento do turismo gera benefícios econômicos através de mais gastos em serviços locais, o perfil de gasto dos viajantes das LCCs pode não sempre compensar os custos sociais e ambientais. Além disso, o acesso

expandido às viagens pode diluir os benefícios econômicos para as comunidades locais, pois os turistas de baixo custo podem gastar menos do que outros visitantes.

Para enfrentar os desafios do *overtourism* e os impactos das LCCs, é essencial que os gestores de destinos e as autoridades locais desenvolvam estratégias integradas que incluam regulamentação do número de voos, incentivos para práticas de viagens sustentáveis e investimentos em infraestrutura que possam acomodar o crescimento do turismo de forma sustentável. Medidas como a distribuição de turistas por áreas menos visitadas e a promoção de viagens fora dos picos também são essenciais para mitigar os impactos negativos.

Dessa forma, enquanto as LCCs têm facilitado o acesso global a viagens aéreas acessíveis por todo o mundo, a gestão de seus impactos exige uma abordagem cuidadosa e coordenada para garantir que os benefícios do turismo sejam equilibrados com a preservação dos destinos e o bem-estar das comunidades locais. Assim, embora tenham sido catalisadores de mudança significativa, o desafio reside em administrar esse crescimento de maneira que preserve a integridade e a viabilidade a longo prazo dos destinos turísticos.

3.2 OS IMPACTOS PARA OS RESIDENTES

O impacto do comportamento dos turistas sobre os residentes de destinos turísticos é essencial para entender o fenômeno do *overtourism*. No século XXI, o turismo cresceu de maneira sem precedentes e, mais importante ainda, tem ocorrido cada vez mais nas cidades. Enquanto as formas iniciais de turismo de massa se concentravam no consumo de resorts costeiros e espaços construídos para o turismo, hoje os turistas buscam cada vez mais experiências urbanas. O turismo urbano floresceu em cidades culturais tradicionais na Europa, bem como em cidades globais, espalhando-se ainda mais para outros destinos devido às suas atrações culturais. Além disso, o turismo nas cidades evoluiu de uma fase anterior, onde geralmente ocorria em bolhas turísticas isoladas do restante da cidade, para uma nova era de turismo urbano que se desenvolve "fora do caminho batido". Em outras palavras, os

turistas consomem áreas residenciais que não foram planejadas para serem espaços turísticos.

O consumo de áreas residenciais por visitantes se intensificou com o crescimento das companhias aéreas de baixo custo e o sucesso de plataformas digitais como Airbnb e Booking.com, levando a um aumento no número de aluguéis de curto prazo. Isso começou a acontecer desde 2008, em um contexto pós-crise em que muitas economias urbanas – e cada vez mais economias regionais e nacionais na periferia dos países centrais – redirecionaram suas economias para o setor terciário, em alguns casos, passando a depender quase exclusivamente do turismo.

A crescente dependência do turismo para as economias locais, regionais e nacionais levou ao surgimento do conceito de "*overtourism*". De modo geral, o *overtourism* descreve um fluxo excessivo de visitantes em determinadas áreas, minando, entre outras coisas, a qualidade de vida dos residentes. A partilha do espaço entre residentes e turistas pode ser uma fonte de conflito que gira em torno da competição por recursos, instalações e direitos de acesso a estes. Como resultado, houve um aumento da oposição comunitária ao turismo urbano em escala internacional. Movimentos sociais urbanos que defendem o direito à moradia, como sindicatos de inquilinos e grupos de apoio, têm cada vez mais focado nos efeitos do turismo no mercado imobiliário de suas cidades, destacando-o como um dos principais impulsionadores do aumento de preços e da desapropriação.

O turismo de massa tem influenciado profundamente a vida dos residentes locais, provocando gentrificação, alterando hábitos, restringindo acessos e elevando preços. O rápido crescimento turístico, frequentemente focado apenas no aspecto econômico, muitas vezes ignora elementos cruciais como a gestão ambiental e a justiça social, resultando em consequências negativas para as comunidades locais (Costa, 2020).

Um dos efeitos mais danosos desse crescimento desenfreado é a gentrificação, um processo que traz novos moradores, tanto permanentes quanto temporários, com renda superior à da comunidade original. Essa mudança força os residentes de longa data a se deslocarem para áreas mais acessíveis. A gentrificação induzida pelo turismo eleva o custo de vida, limita o acesso à habitação e serviços essenciais, e transforma áreas tradicionais em zonas de consumo turístico, enfraquecendo a

coesão social e modificando a identidade cultural da comunidade (Dirksmeier & Helbrecht, 2015).

Os moradores de áreas afetadas pela gentrificação tendem a ter percepções negativas do turismo, uma tendência confirmada por várias pesquisas (Dirksmeier & Helbrecht, 2015). No entanto, a influência do perfil sociodemográfico desses residentes em suas percepções é pouco explorada. As opiniões dos residentes sobre o turismo podem variar de acordo com os diferentes níveis de atividade turística em suas áreas específicas, mesmo dentro de um mesmo destino. Regiões com alta concentração de turistas geralmente enfrentam mais conflitos e tensões entre visitantes e moradores, enquanto áreas com menor atividade turística podem perceber o turismo de forma mais positiva, reconhecendo seus benefícios econômicos sem sofrer tantos impactos adversos.

Simultaneamente, na Europa, novos movimentos se formaram para se opor ao crescimento do turismo e à ampliação das infraestruturas relacionadas a ele, como portos para navios de cruzeiro e aeroportos. O direito à cidade (Lefebvre, 2009) é o objetivo central desses movimentos, pois os impactos do turismo em seus contextos urbanos vão além da habitação e afetam questões relacionadas ao espaço público, saúde, instabilidade e precariedade laboral, ou qualidade do meio ambiente.

A literatura internacional (Cheung & Yiu, 2022) tem se concentrado particularmente no aumento dos aluguéis de curto prazo. Casos em que proprietários substituem inquilinos por visitantes foram amplamente documentados. Além disso, o crescimento dos aluguéis de curto prazo reduz severamente a oferta de apartamentos disponíveis para ocupação de longo prazo, elevando os preços dos aluguéis e restringindo as oportunidades de habitação para residentes que dependem de propriedades de aluguel acessíveis.

A desregulamentação do mercado imobiliário, incluindo a recusa em introduzir controles de aluguel, bem como a falta de habitação social, são fatores a considerar, pois a intervenção estatal costumava ser o único método que as autoridades públicas tinham para controlar o aumento dos preços. Em conclusão, o crescimento dos aluguéis de curto prazo e dos hotéis reduz cada vez mais as alternativas de habitação para muitos residentes, causando deslocamento e, em última análise, tornando as

áreas turísticas inacessíveis tanto para a classe trabalhadora quanto para a classe média.

Para entender melhor o papel do turismo na provocação da gentrificação, é fundamental explorar como ele afeta a demanda por habitação. Plataformas digitais como *Airbnb* abrem mercados imobiliários residenciais para o mundo, conectando proprietários a uma demanda global de visitantes dispostos a pagar aluguéis altos por estadias curtas. Destinos turísticos também se tornam populares para migrantes estilo de vida e populações móveis transnacionais. A reestruturação das cidades turísticas e sua representação internacional como lugares para se divertir ou desfrutar de uma boa qualidade de vida não só atrai visitantes, mas também migrantes transnacionais. Isso é particularmente importante no sul da Europa, que historicamente se direcionou a consumidores de áreas centrais de acumulação, tornando-se um espaço de lazer para populações móveis transnacionais, incluindo visitantes, compradores de segundas residências, migrantes estilo de vida e, mais recentemente, nômades digitais e estudantes internacionais.

Embora o turismo cause deslocamento e migração, há residentes que permanecem, normalmente porque possuem propriedades e não são afetados pelas flutuações do mercado imobiliário. A convivência diária com turistas causa perturbações significativas, afetando o direito à moradia e a qualidade de vida. O problema mais frequente é o ruído e as dificuldades para descansar e dormir à noite. Em alguns casos, a convivência com visitantes compromete tanto a qualidade de vida e a saúde mental que se torna a principal razão para a mudança.

As transformações causadas pelo turismo também afetam a vida nos bairros. O desenvolvimento do turismo em áreas residenciais implica na conversão de infraestruturas residenciais em espaços para visitantes. De acordo com as matérias jornalísticas abordadas, o crescimento excessivo do turismo causa perturbações diárias que tornam a vida cotidiana cada vez mais desagradável, levando algumas áreas turísticas a experimentar um declínio populacional progressivo. O turismo aumenta o valor das propriedades e diminui o estoque habitacional disponível para ocupação de longo prazo, contribuindo para uma maior demanda por habitação e potencialmente impulsionando a gentrificação, especialmente a gentrificação transnacional.

O turismo também afeta a vida cotidiana dos moradores de várias maneiras. A transformação de mercados e lojas locais em espaços "gourmet" e a perda de estabelecimentos tradicionais resultam na perda de práticas e relacionamentos centrais para a vida diária dos residentes, especialmente os idosos. A superlotação de espaços públicos e a privação de espaço público também são problemas significativos. A grande quantidade de visitantes causa problemas de mobilidade para a comunidade local, particularmente para idosos, crianças e residentes com dificuldades de mobilidade. Além disso, a privatização de áreas públicas, como praças e ruas, contribui para a superlotação e resulta na falta de lugares de encontro para os moradores.

A saturação turística, causada pelo fluxo excessivo de visitantes, gera consequências negativas tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades locais. Analisar como o comportamento dos turistas afeta os residentes e como estes reagem às pressões do turismo excessivo é fundamental para abordar essa questão.

Turistas trazem diferentes expectativas e comportamentos, influenciados por fatores culturais, sociais e econômicos. A busca por experiências autênticas e a exploração de locais icônicos aumentam a interação entre turistas e moradores. Contudo, essas interações nem sempre são positivas. Um dos principais problemas é o consumo de recursos locais pelos turistas, como água, energia e alimentos, que pode levar à escassez temporária ou ao aumento de preços, tornando esses recursos inacessíveis para os residentes. Em destinos populares como Veneza e Fernando de Noronha, a demanda por serviços e produtos pode inflacionar os preços, dificultando a vida dos habitantes.

Além disso, muitos turistas, por desconhecerem a cultura e os costumes locais, adotam comportamentos inadequados ou desrespeitosos. Isso pode incluir vestimentas inadequadas ou atitudes desrespeitosas em locais sagrados ou culturalmente importantes. A infraestrutura local, muitas vezes inadequada para suportar um grande número de visitantes, pode ficar sobrecarregada, desde o transporte público até os sistemas de saneamento, que podem não conseguir atender à demanda elevada.

Os residentes de destinos turísticos enfrentam diversos desafios devido ao influxo constante de turistas. Os impactos sociais incluem a mudança na dinâmica

social das comunidades, onde os moradores podem sentir que sua identidade cultural está sendo comercializada e desrespeitada. A criminalidade, o ruído excessivo e comportamentos desordeiros também são problemas comuns. Embora o turismo possa trazer benefícios econômicos significativos, como a criação de empregos e o aumento da renda, ele também pode gerar desigualdades. Pequenos negócios locais podem ser substituídos por grandes cadeias internacionais, e a gentrificação pode forçar os moradores a se mudarem devido ao aumento dos custos de vida.

O impacto ambiental do *overtourism* também é significativo, incluindo poluição, degradação dos ecossistemas e esgotamento dos recursos naturais. Em destinos como Fernando de Noronha, a biodiversidade marinha sofre devido ao excesso de visitantes que não seguem práticas sustentáveis (SILVA, 2018). As reações dos moradores ao *overtourism* podem variar. Alguns podem se beneficiar economicamente e, portanto, apoiar o turismo, enquanto outros podem sentir que suas vidas estão sendo negativamente afetadas. Atitudes de hostilidade ou resistência podem se manifestar através de protestos, políticas locais mais restritivas ao turismo ou até comportamentos negativos em relação aos turistas.

Em Barcelona, onde a resistência ao *overtourism* é intensa, moradores do bairro La Salut encontraram uma solução inusitada para combater os ônibus lotados de turistas. A linha 116, muito utilizada para chegar ao Parc Güell, tornou-se um problema para os residentes que dependem desse transporte diariamente.

Para aliviar essa situação, após muitas queixas, o conselho municipal removeu as informações sobre a linha 116 dos aplicativos de mapas do Google e da Apple, desviando os turistas para outra entrada do parque, mais distante (O GLOBO, 2024). Cesar Sanchez, ativista contra o *overtourism*, expressou surpresa com a eficácia da medida, considerando agora planos mais audaciosos para continuar protegendo a comunidade local.

A cidade croata de Dubrovnik, que é Patrimônio Mundial da Unesco e que ganhou mais fama nos últimos anos por sua aparição em "*Game of Thrones*", proibiu o uso de malas com rodinhas na Cidade Velha após várias reclamações dos moradores sobre a poluição sonora causada pelo arrastar das bagagens. A medida, decretada pelo prefeito Mato Frankovic, visa melhorar o conforto dos residentes, especialmente à noite. Segundo a revista Time Out, quem for pego com malas de

rodinhas enfrentará uma multa de cerca de 230 libras (aproximadamente R\$ 1.400). A partir de novembro, a proibição se estenderá a todos os tipos de malas, exigindo que os turistas deixem suas bagagens em locais designados fora dos portões da cidade, para serem entregues por veículos elétricos nos alojamentos. Essas ações fazem parte de um esforço mais amplo para combater o *overtourism* em Dubrovnik, incluindo multas e fechamento temporário de cafés e bares nos telhados para reduzir a poluição sonora (Portal R7, 2023)

Ainda em Dubrovnik, o aumento do turismo, após se tornar cenário para a série "*Game of Thrones*", começou a gerar problemas inusitados. Desde 2012, quando as gravações da segunda temporada da série ocorreram na cidade, Dubrovnik, que representa *King's Landing* na série, passou a atrair muitos fãs. Eles visitam as muralhas históricas, a Torre de *Minčeta* e a Fortaleza de *Lovrijenac*, além de comprarem diversos souvenirs relacionados à série.

Apesar do impacto positivo na economia local, o grande número de turistas tem causado vários incômodos aos moradores. Entre 2012 e 2015, a cidade recebeu cerca de 244 mil visitantes, muitos dos quais se comportam mal, como aqueles que recriam a famosa cena da "caminhada da vergonha" de Cersei na Escadaria dos Jesuítas, despindo-se e gritando "*Shame! Shame!*". Esse comportamento desrespeitoso e a superlotação têm levado os moradores a temer que o turismo acabe prejudicando a cidade. Como resultado, muitos residentes estão se mudando, reduzindo a população local de cinco mil nos anos 1990 para apenas 1.500 atualmente. Guias de turismo têm tentado mitigar a situação, pedindo aos visitantes que evitem comportamentos inadequados e sejam mais respeitosos com a comunidade local (Omelete, 2019).

Em Barcelona, ações radicais contra o turismo foram realizadas na cidade. Ativistas do grupo Arran, ligado à esquerda independentista catalã, vandalizaram um Bus Turístico, furando seus pneus e pichando "O turismo mata os bairros" no para-brisa. Dias depois, atacaram bicicletas de aluguel, criticando a ocupação do espaço público pela indústria turística. Essas ações, ocorrendo durante a alta temporada, destacaram o turismo como um problema político em Barcelona e consolidaram o termo "turismofobia" em 2017, reconhecido pela Fundación del Español Urgente como um neologismo válido.

O impacto do *overtourism* não se limita apenas à gentrificação. As comunidades locais enfrentam uma transformação em seus hábitos cotidianos devido à superlotação de espaços públicos e à conversão de áreas residenciais em zonas turísticas. Estes problemas são exacerbados pela pressão crescente sobre os serviços públicos. Infraestruturas locais, muitas vezes inadequadas para um fluxo elevado de visitantes, acabam sobrecarregadas, o que pode levar a congestionamentos, falta de recursos essenciais como água e energia, e uma piora nos serviços de saneamento básico.

Outro impacto significativo do *overtourism* é o aumento do custo de vida. Em destinos turísticos populares como Veneza, Fernando de Noronha e Machu Picchu, a alta demanda turística eleva os preços de imóveis e de bens de consumo, empurrando os residentes para áreas mais afastadas e menos custosas. Além disso, o *overtourism* muitas vezes resulta na perda de acesso dos moradores locais a áreas que anteriormente eram de uso comum. Cidades como Dubrovnik e Amsterdã têm implementado medidas como restrições a cruzeiros e taxas de entrada para tentar mitigar esses efeitos.

É vital que as Organizações de Gestão de Destinos (DMOs) acompanhem de perto as percepções das comunidades anfitriãs sobre os modelos de desenvolvimento turístico implementados e a maneira como o turismo está sendo desenvolvido (Brida et al., 2010). Essa vigilância deve ser constante, já que as visões dos residentes sobre os impactos do turismo podem variar de positivas para negativas conforme o ritmo e a natureza das mudanças nos destinos turísticos.

Para que o desenvolvimento turístico seja sustentável, é necessário priorizar o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades locais. Contextos socioeconômicos desfavoráveis, como desemprego elevado e subdesenvolvimento estrutural, podem comprometer a adequação dos modelos de desenvolvimento turístico às necessidades reais dos residentes.

O termo "turismofobia" refere-se ao repúdio à turistificação, caracterizada pela massificação e seus impactos negativos sobre a população e trabalhadores locais. No entanto, é criticado por alguns como uma tentativa de estigmatizar as críticas ao turismo. O psicólogo social Horacio Espinosa Zepeda descreve isso como "patologizar o mal-estar social". (El Diario, 2017)

A turismofobia tem aumentado em toda a Europa, levando destinos turísticos a adotarem leis rígidas para controlar turistas desrespeitosos. Em Sorrento, na Itália, um dos destinos mais populares do país, foi proibido o uso de biquínis e calções de banho fora das áreas designadas, como praias e clubes. A medida, implementada pelo prefeito Massimo Coppola, visa combater o incômodo causado aos moradores por turistas mal educados. Multas por descumprimento variam de € 25 a € 500 (aproximadamente R\$ 2.700). Policiais patrulham as ruas para garantir a obediência à nova regra. (Timeout, 2022)

Coppola expressou preocupação com a perda de qualidade de vida em Sorrento, destacando que a situação atual pode afetar negativamente a imagem da cidade e seu turismo. Com o início do verão europeu, o litoral italiano enfrenta um grande influxo de turistas em trajes de banho, o que gera desconforto entre os residentes.

O fenômeno da turismofobia é impulsionado pelo descontentamento dos moradores com o aumento dos preços dos aluguéis, o impacto ambiental do turismo e a sensação de invasão por turistas. Embora o turismo traga benefícios econômicos, em algumas cidades ele se tornou descontrolado. Veneza, com cerca de 55 mil habitantes, recebe anualmente cerca de 20 milhões de turistas. Dubrovnik, na Croácia, vê pelo menos 5 mil turistas desembarcarem diariamente de navios de cruzeiro para visitar o centro histórico.

A turismofobia, frequentemente confundida com xenofobia, foi um dos temas mais debatidos na ITB Berlin, uma feira líder no setor de turismo. Esse fenômeno, que surge como consequência do *overtourism* e é também conhecido como antiturismo, ocorre quando um local ultrapassa sua capacidade máxima de visitantes, causando transtornos significativos tanto para os moradores quanto para os próprios turistas. Para os moradores, a superlotação pode resultar em aumento do custo de vida, especialmente no mercado imobiliário, congestionamento de infraestrutura e serviços públicos, como transporte e saúde, além de poluição ambiental e sonora. Culturalmente, a percepção de que a identidade local está sendo sacrificada para atender às demandas dos turistas alimenta a aversão dos residentes, que veem suas tradições e eventos culturais comercializados de maneira que não reflete mais a verdadeira essência da comunidade. Esse descontentamento se manifesta em

atitudes hostis, protestos e exigências por políticas que restrinjam o número de turistas para proteger sua qualidade de vida e identidade cultural.

Figura 1: Registro em muro contra os turistas



Fonte: Portal GZH 2018

Existem, de fato, sentimentos de hostilidade contra os turistas, como descrito pelo antropólogo Manuel Delgado em 2008, referindo-se à "turismofobia" como uma forma de xenofobia de substituição. Isso se reflete em mensagens como "Tourist go home" e "Tourist you are the terrorist" nas paredes das cidades. Em 2017, uma pesquisa municipal revelou que o turismo se tornou a maior preocupação dos moradores de Barcelona, superando questões como desemprego, trânsito e habitação. Isso pode ser atribuído à precarização do trabalho na indústria turística e ao aumento dos preços das moradias.

Na sociedade contemporânea, a distinção entre viajante e turista continua presente. O turismo de massa, criticado por seu caráter alienante e consumo induzido, recebeu atenção das ciências sociais, que destacaram suas virtudes desenvolvimentistas e seus impactos negativos. O conceito de "turismo de massa" pode ter conotações pejorativas, sugerindo a possibilidade de alienação e desigualdade geradas pela indústria turística.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, a maioria das viagens internacionais ocorre dentro das próprias regiões, com a Europa sendo o principal mercado emissor e receptor. A ideia de um conflito inerente entre turistas e moradores ainda prevalece, mas a realidade urbana contemporânea é mais complexa e desigual.

A ITB Berlin (Internationale Tourismus-Börse Berlin) é uma das maiores e mais importantes feiras de turismo do mundo. Realizada anualmente em Berlim, Alemanha, a ITB Berlin reúne profissionais da indústria do turismo, incluindo expositores de diversos setores, como destinos turísticos, operadores de turismo, hotéis, empresas de transporte, tecnologia de viagens e muitos outros.. Durante a ITB de 2019, Gloria Guevara Manzo, presidente e CEO do World Travel & Tourism Council (WTTC), abordou o *overtourism*, explicando que o problema pode afetar uma cidade inteira ou apenas pontos isolados, dividindo-se em cinco tipos: descontentamento dos moradores, experiência turística negativa, infraestrutura sobrecarregada, danos à natureza e ameaça à cultura. A solução envolve planejamento a longo prazo, colaboração entre setores público, privado e comunidade, diversificação de produtos, encorajamento de visitas a locais diferentes em horários variados e uso da tecnologia (Peeters et al. (2018)

O fenômeno do *overtourism*, destaca um desequilíbrio crítico entre o desenvolvimento econômico impulsionado pelo turismo e a qualidade de vida dos residentes nas áreas afetadas. Observamos que, embora o turismo possa ser uma fonte vital de renda para muitas comunidades, seu crescimento desenfreado e mal gerido resulta em uma série de consequências negativas que vão desde a gentrificação e o aumento do custo de vida até a deterioração dos recursos naturais e a infraestrutura local.

A turismofobia, como resposta dos residentes ao impacto avassalador do turismo de massa, é uma manifestação clara de que os limites da hospitalidade foram ultrapassados. Essa resistência não surge sem motivo; ela é alimentada pela percepção de que as políticas de turismo beneficiam desproporcionalmente os visitantes e as grandes empresas, em detrimento dos interesses e necessidades dos moradores locais. Contudo, é fundamental discernir essa reação defensiva da comunidade local de sentimentos mais hostis como a xenofobia. Enquanto a turismofobia reflete uma preocupação legítima com a sustentabilidade e o impacto

social do turismo, a xenofobia é alimentada por preconceitos e aversão a estrangeiros, o que pode complicar ainda mais as dinâmicas sociais em destinos turísticos.

O desafio, portanto, não reside apenas em promover o turismo de forma sustentável, mas em garantir que a voz dos residentes seja ouvida e considerada na formulação de políticas de turismo. Isso implica uma abordagem mais inclusiva e equitativa que reconheça e integre as preocupações locais no planejamento e desenvolvimento turístico, evitando assim a escalada de sentimentos xenofóbicos que podem ser erroneamente associados ao simples receio de *overtourism*.

A longo prazo, é imperativo que as comunidades afetadas pelo *overtourism* adotem modelos de desenvolvimento turístico que não apenas minimizem os impactos negativos, mas também maximizem os benefícios para os residentes locais. Somente através de um compromisso coletivo com o desenvolvimento sustentável e a justiça social é que podemos esperar mitigar a turismofobia e promover uma relação mais harmoniosa entre turistas e comunidades anfitriãs, evitando conflitos exacerbados por mal-entendidos ou sentimentos xenofóbicos.

4 – OVERTOURISM E O IMPACTO NAS CIDADES DE VENEZA, MACHU PICCHU E FERNANDO DE NORONHA

4.1 O CASO DE VENEZA

O turismo, enquanto fenômeno global, experimentou uma democratização significativa graças aos avanços nos meios de transporte e tecnologia. Este desenvolvimento culminou no surgimento de conceitos como "turismo de massa" e "fobia do turismo", que refletem as complexidades e contradições do setor. Um exemplo emblemático dessa dinâmica é Veneza, uma cidade que, apesar de sua rica herança cultural e histórica, enfrenta desafios significativos devido ao influxo maciço de turistas.

Veneza, uma cidade única e fascinante situada no nordeste da Itália, é conhecida por sua rica história, sua arquitetura deslumbrante e sua localização geográfica singular. Fundada no século V, Veneza começou como um refúgio para os habitantes da região que fugiam das invasões bárbaras que assolavam o Império Romano (NORWICH, 1987). Construída sobre um arquipélago de 118 ilhas, Veneza é atravessada por mais de 150 canais, ligados por mais de 400 pontes, conferindo-lhe uma beleza e uma atmosfera únicas no mundo.

A localização geográfica de Veneza, situada em uma lagoa pantanosa no Mar Adriático, desempenhou um papel fundamental em sua história e desenvolvimento. A cidade foi construída sobre estacas de madeira fincadas no fundo do mar, o que a tornou uma maravilha da engenharia de sua época. Essa localização estratégica permitiu que Veneza se tornasse uma potência marítima e comercial durante a Idade Média e o Renascimento, controlando rotas comerciais importantes entre o Oriente e o Ocidente.

Durante seu auge, Veneza foi uma das cidades mais ricas e poderosas da Europa, conhecida por sua influência cultural, sua arte, sua arquitetura e sua riqueza. A cidade era governada por um sistema político único, a República de Veneza, que durou mais de mil anos e era governada por um doge eleito. A importância histórica

de Veneza também se estende à sua contribuição para a cultura e a arte. A cidade foi o lar de artistas renomados como Tintoretto, Veronese e, é claro, o mestre renascentista Ticiano. Sua arquitetura única, representada pela famosa Basílica de São Marcos e pelo Palácio Ducal, é um testemunho de sua rica história e de sua grandeza passada. Hoje, Veneza continua a encantar visitantes de todo o mundo com sua beleza intemporal e seu charme único.

Os primeiros a se interessarem por Veneza como destino turístico foram os peregrinos da Idade Média que se dirigiam à Terra Santa. Ao atravessarem Veneza a caminho de Jerusalém, muitos deles se encantavam com a atmosfera da cidade e decidiam prolongar sua estadia, encontrando em Veneza não apenas um ponto de passagem, mas um local de significado espiritual. Os nobres mercadores venezianos que retornavam das Cruzadas frequentemente traziam consigo relíquias e objetos sagrados de Constantinopla ou da Terra Santa, tornando Veneza um local de peregrinação e interesse religioso. A cidade soube aproveitar esse fluxo de visitantes, investindo em acomodações, alimentação, entretenimento e outros serviços turísticos, visando não apenas atender às necessidades dos visitantes, mas também prolongar sua estadia.

Por volta de 1229, o Senado de Veneza reconheceu a importância do turismo e decidiu regulamentar a capacidade dos navios que atracavam na cidade, bem como o número e as atividades dos guias de turismo locais, conhecidos como *tolomazi*. Esses guias não apenas acompanhavam os visitantes pela cidade, mas também auxiliavam na troca de moedas e na organização de suas estadias. As estalagens da cidade, que começaram a surgir para atender à demanda turística crescente, foram regulamentadas pelo estado, garantindo a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes. A reputação de Veneza como destino turístico de qualidade se espalhou principalmente pelo boca a boca, com os visitantes satisfeitos compartilhando suas experiências e recomendando a cidade a outros viajantes.

Um dos eventos mais marcantes da cidade era o Carnaval de Veneza, que começou a ser celebrado como uma festa da vitória da república sobre Aquileia. O Carnaval, realizado nas ruas da cidade e principalmente na Praça de São Marcos, atraía visitantes devido à sua magnificência e à riqueza dos trajes e joias usados pelos venezianos. A Praça de São Marcos, assim como outras praças menores da cidade,

era o cenário de festivais e eventos que encantavam os peregrinos e contribuíam para a reputação de Veneza como uma das cidades mais ricas e magníficas do mundo.

Além dos eventos festivos, outra atração para os visitantes de Veneza eram as cortesãs. Embora em menor número do que em outras cidades da época, as cortesãs de Veneza eram conhecidas por sua beleza e extravagância, atraindo a atenção dos visitantes. Durante o Carnaval, muitas cortesãs se reuniam na Praça de São Marcos, aproveitando a liberdade proporcionada pelas máscaras para exercerem sua profissão. O distrito da luz vermelha de Veneza, localizado atrás do mercado de Rialto, era regulamentado pelo estado, garantindo a qualidade e a segurança dos serviços oferecidos.

A Praça de São Marcos, que hoje é principalmente um ponto turístico, já foi um local de grande importância social e cultural para os moradores de Veneza. Os peregrinos que passavam pela cidade muitas vezes enfrentavam dificuldades para encontrar acomodação, já que a alta demanda por hospedagem levava até mesmo a aristocracia a se hospedar em estalagens locais. Os venezianos, conscientes do potencial turístico da cidade, desenvolveram um sistema inovador de hospedagem em casas particulares, semelhante ao *Airbnb* moderno, com mais de cinco mil residências locais recebendo visitantes. Embora seja difícil documentar as experiências dos visitantes da época, as notas de viagem do Cãoone Pietro Casola refletem a sensação de que Veneza já era tão bem documentada e descrita que não havia mais nada a acrescentar.

Historicamente, Veneza foi reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987, um testemunho de seu valor universal excepcional. No entanto, a transformação da cidade em um destino turístico de massa tem sido tão profunda que, em 2016, ela foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Essa mudança simboliza uma crise que vai além da deterioração física, alcançando as próprias raízes da identidade veneziana.

Ana Trancoso González (2008), em suas reflexões, alerta para o risco de Veneza "morrer" à medida que se esquece de sua própria identidade e papel histórico. A invasão do turismo descontrolado não apenas provocou a gentrificação urbana, mas também desequilibrou a convivência entre residentes locais e visitantes. A cidade enfrenta uma crise onde a migração de seus moradores para o continente é acelerada

pela dependência econômica do turismo, que ameaça sua sustentabilidade a longo prazo.

A identidade de Veneza está intrinsecamente ligada ao seu espaço físico e à sua rica tapeçaria histórica. A cidade é um caldeirão de diversidade cultural, artística e social, cuja preservação é vital para seu futuro. O princípio de "com'era e dov'era" (como era e onde era) é crucial, sublinhando a importância de manter a autenticidade de Veneza em todos os projetos de restauração e desenvolvimento.

Assim, é crucial conduzir uma análise minuciosa dos desafios enfrentados por Veneza devido ao turismo de massa, destacando a necessidade urgente de preservar sua identidade única enquanto se gerenciam os impactos turísticos. É essencial buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico impulsionado pelo turismo e a conservação do patrimônio cultural e social.

Protegida pela sua laguna numa simbiose milenar, Veneza parece imune a ataques e intocada pelo tempo. No entanto, a alegria inicial dos visitantes ao chegar em Veneza, encantados pela sua beleza urbana e natural, logo dá lugar a pensamentos mais sombrios. Mesmo uma breve estadia em Veneza revela os espectros de uma "modernidade" sombria, desprovida de futuro. A tranquilidade de um passeio é interrompida pela presença intrusiva de navios de cruzeiro, que se assemelham a arranha-céus flutuantes, perturbando o espaço da cidade. Esses cruzeiros servem como um lembrete constante de que Veneza não é eternamente jovem e autossuficiente como aparenta, mas sim uma cidade antiga, doente, empobrecida, dependente das esmolas dos turistas e à mercê das consequências de sua própria degradação (Settis, 2014).

Apesar da estrutura urbana de Veneza parecer desafiar a noção de "modernidade" associada aos arranha-céus, com sua ausência de carros e aparente idílio insular, a chegada de navios de cruzeiro ao seu coração evidencia a sua idade avançada. Settis sugere que essa degradação ocorre não porque o impacto do dano seja imensurável, mas porque Veneza foi vendida às consequências desse dano.

Percebe-se uma clara contradição entre a imagem idílica de Veneza e os impactos negativos do turismo de massa, especialmente intensificados pela indústria de cruzeiros. Enquanto Veneza transmite a impressão de ser uma cidade imune ao tempo, a realidade é drasticamente alterada pela presença perturbadora de grandes

navios de cruzeiro. Esses navios não apenas interrompem a paz urbana, mas também ameaçam a integridade física e ambiental da cidade. Além disso, os impactos específicos dos cruzeiros em Veneza, como a poluição ambiental, o aumento da turbidez da água, e os riscos associados a colisões e vazamentos de hidrocarbonetos, são críticos e frequentemente subestimados pelas autoridades competentes. Estes navios são frequentemente descritos como uma ameaça direta à sustentabilidade da cidade e ao bem-estar de seus cidadãos.

Veneza costumava receber 66.000 turistas por dia em 2018, com cerca de dois milhões e meio deles chegando de cruzeiro a cada ano (Valcárcel, 2018). Em 2009, o número de passageiros que desembarcaram em Veneza de cruzeiros foi de 1.420.490, aumentando para 1.598.616 em 2010, um aumento de 12%. O cruzamento dos cruzeiros pelo Bacino San Marco foi de 1258 em 2010. Esses passageiros de cruzeiro representavam um grande número de visitantes por ano, lotando o mesmo espaço durante um período específico e transformando a cidade em uma caricatura de si mesma (Testa, 2011).

Em 2021, após anos de intensos debates ambientais e políticos, bem como apelos tanto locais quanto internacionais, o governo italiano proibiu a entrada de grandes navios turísticos. Essa decisão ocorreu após anos de advertências sobre os danos irreparáveis que tais embarcações podem causar à histórica Veneza, uma medida adotada somente após a Unesco ameaçar tomar medidas contra a cidade.

Figura 2: Cruzeiro no grande canal de Veneza



Entretanto o desvio das grandes embarcações para o porto industrial de Marghera não apresentou impacto no excesso de turistas na cidade. De acordo com o *Yearbook of tourism* de 2022, o movimento turístico é caracterizado pela chegada e pernoite de hóspedes, tanto italianos quanto estrangeiros, que são categorizados conforme a instalação que os hospeda ou seu local de origem. No período de cinco anos entre 2018 e 2022, observou-se uma queda nas chegadas, de 5,255 milhões em 2018 para 4,646 milhões em 2022, representando uma redução de 11,6%. Simultaneamente, o total de pernoites também diminuiu, passando de 12,118 milhões em 2018 para 10,946 milhões em 2022, o que indica uma redução de 9,7%.

Ao comparar os dados de 2022 com os de 2019, antes da pandemia, percebe-se uma diminuição de 15,9% nas chegadas e 15,5% nos pernoites. Contudo, quando esses números são comparados com os de 2021, durante a pandemia, observa-se uma tendência de recuperação acentuada: as chegadas em 2022 foram 119% maiores e os pernoites foram 91% superiores aos de 2021.

No ano de 2022, as instalações hoteleiras do município acolheram aproximadamente 2,914 milhões de chegadas, um aumento de 1,328 milhão ou 120% em relação a 2021, e registraram 6,590 milhões de pernoites, um crescimento de cerca de 3,156 milhões ou 99,5% comparado ao ano anterior. Esse aumento resultou em uma estadia média de 2,17 dias por pessoa em hotéis em 2022, ligeiramente acima da média de 2,12 dias observada em 2018. Os hotéis, mais uma vez, emergiram como o principal tipo de hospedagem, acomodando 63% dos hóspedes (comparado a 62% em 2021) e responsáveis por 58% dos pernoites (em comparação com 55% em 2021).

Vale destacar que, após o redirecionamento dos cruzeiros para o porto de Marghera em 2021, observou-se um aumento significativo na chegada de turistas em 2022. Esse crescimento foi tão expressivo que as estatísticas se aproximaram dos níveis pré-pandemia de 2019, ano em que o número de chegadas alcançou um recorde de 5.523.283 visitantes.

Figura 3: Excesso de turistas em Veneza



Foto: Venezia Autentica

Atualmente, cresce o número de críticas à transformação de Veneza em um mero produto turístico, dominado pelas lógicas de mercado em detrimento da preservação cultural e ambiental. A exploração turística excessiva resulta na expulsão dos moradores, na substituição de comércio locais por lojas de souvenirs e marcas de luxo internacionais, e na gentrificação das áreas comerciais. Esta comercialização exacerbada compromete a autenticidade de Veneza e deteriora a qualidade de vida de seus habitantes.

De acordo com o portal Euro News (Dias, 2016), Veneza enfrenta um cenário alarmante: a cidade, que tem 50.000 habitantes, recebe diariamente cerca de 74.000 turistas. Sob o lema "resistamos", o jornalista Mario Secchi destaca a luta pela preservação da identidade de Veneza e de seus moradores. "Defendemos Veneza e os venezianos. E aqueles que se exilaram em Mestre [nos arredores] desejam retornar", afirma. Em resposta a essa situação, diversas manifestações foram organizadas pelo grupo *Gerazione '90*, que se considera a última geração a experimentar Veneza como uma cidade autêntica e vibrante, onde morar, trabalhar, passear e fazer compras ainda eram atividades cotidianas e acessíveis.

Em 2019, um crescente movimento de ocupação de edifícios desocupados chamou atenção para a crise habitacional exacerbada por altos aluguéis e a pressão do turismo massivo. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, a população de Veneza

despencou de cerca de 175 mil habitantes para aproximadamente 50 mil atualmente (Mangiapane, 2019), um declínio atribuído em parte ao deslocamento de residentes locais por um fluxo turístico que domina a cidade. Anualmente, cerca de 25 milhões de turistas visitam Veneza, e desses, 14 milhões passam apenas um dia, exacerbando a pressão sobre a infraestrutura local.

Em 1951, o centro histórico de Veneza abrigava 174.808 residentes, número que diminuiu drasticamente para menos de 50 mil em 2022. Paralelamente, a população das áreas continentais de Veneza aumentou de 96.966 em 1951 para quase 177.621 em 2021, último ano para o qual há dados consolidados disponíveis. Esse fenômeno reflete uma tendência clara: diante do elevado custo de vida no centro histórico, muitos venezianos têm se mudado para áreas no continente, onde os custos são significativamente mais baixos e o acesso a serviços e comodidades pode ser mais fácil.

Figura 4: Protesto contra a diminuição de moradores em Veneza



Fonte: Portal GZH 2018-2

Esse movimento de saída foi impulsionado pelo aumento dos custos de vida e pela escassez de empregos, resultando em um empobrecimento que, ao longo dos últimos dois milênios, privou a cidade de atualizações contemporâneas devido às limitações de espaço (Berendt, 2005, p. 37). Aqueles residentes que tinham recursos para custear as altas despesas de reforma de casas optaram por permanecer na cidade, enquanto outros optaram por se mudar para o continente, onde podiam

adquirir novas residências sem o ônus dos custos de restauração e do tempo consumido pela burocracia (Favero, 2004).

A medida que os residentes deixavam a cidade, seus espaços foram gradualmente ocupados por uma crescente onda de turistas. A paisagem veneziana viu surgir uma série de hotéis de luxo, como o Hotel Cipriani e, mais recentemente, o *Palazzo dei Dogi*, oferecendo serviços privados de cinco estrelas e conexões de táxi aquático de luxo para qualquer destino. Além disso, o novo Aeroporto Marco Polo, localizado em Tessera, entre Veneza e os resorts à beira-mar, foi inaugurado em 1961, com o objetivo de atrair turistas, facilitando o acesso à cidade. No entanto, essa facilidade de acesso também trouxe consigo uma nova onda de turistas de passagem, caracterizados por uma menor preocupação com a qualidade da experiência.

Os residentes restantes enfrentam o desafio de custear a manutenção e a segurança de uma cidade cada vez mais voltada para visitantes. Com aproximadamente 8 mil apartamentos listados no *Airbnb*, a cidade se transformou em um enclave turístico, dificultando para os locais encontrar moradia acessível. Nicola Ussardi (Extra, 2019), cofundador de um grupo de habitação comunitário e morador do distrito de Cannaregio desde 2013, destaca a gravidade da situação: "Não há casas disponíveis em Veneza, a menos que você seja um turista", afirma. Ele ressalta que muitas propriedades permanecem vazias não por falta de demanda, mas porque os custos proibitivos impedem os residentes de mantê-las.

Ussardi, que sustenta sua família com uma barraca de souvenirs, ilustra a disparidade econômica enfrentada pelos venezianos. Com renda variando entre 800 e 1.300 euros mensais, os aluguéis que frequentemente superam 900 euros por mês tornam-se proibitivos para muitas famílias. Em resposta a essa crise, Alessandro Dus, outro ativista local, ocupou e reformou um apartamento abandonado, tornando-o habitável: "Queremos lutar contra os milhares de apartamentos fechados e abandonados de Veneza", declara.

Apesar de não desejarem o fim do turismo, fonte vital de renda, os venezianos buscam formas de equilibrar as necessidades locais com o turismo. Recentemente, o conselho da cidade votou pela imposição de uma taxa de entrada para turistas, uma medida que visa gerar receita para a manutenção do Patrimônio Mundial e potencialmente moderar o número de visitantes. Essa iniciativa reflete um esforço

maior para garantir que Veneza possa continuar sendo um lar para seus residentes, além de um destino turístico.

Sobre o declínio populacional em Veneza, essa tendência tem se intensificado ao longo dos anos. Um exemplo marcante ocorreu em 2009, quando a cidade foi palco de um protesto simbólico e impactante. Durante uma procissão de gôndolas no Grande Canal, os manifestantes acompanharam um caixão rosa, em um "funeral" simbólico para denunciar o preocupante decréscimo de residentes na cidade. Esta manifestação evidenciou o descontentamento crescente dos cidadãos com a erosão demográfica de Veneza, enfatizando a urgência de se abordar e reverter essa tendência (Reuters, 2009).

Lidia Fersuoch, crescida no bairro de San Samuele em Veneza, recorda uma época em que a vizinhança contava com dois açougues, vários supermercados, duas padarias, uma loja de costura e até um sapateiro. "Infelizmente, todos eles desapareceram" (Pullella, 2011), lamenta Fersuoch, diretora da filial veneziana do grupo de conservação Italia Nostra. A transformação da infraestrutura e das lojas locais para servir primariamente aos turistas torna cada vez mais difícil para os habitantes locais manterem um estilo de vida normal.

Muitos residentes expressam preocupação com a negligência das questões que afetam diretamente suas vidas, apesar dos grandes investimentos para proteger o patrimônio da UNESCO das ameaças da água. Uma piada entre venezianos ilustra bem essa realidade: um turista pergunta onde pode comprar leite e é instruído a passar por lojas de grife até encontrar um supermercado que talvez ainda exista.

A crítica não se limita à economia baseada no turismo, mas também ao impacto social, conforme descrito por Caterina Falomo, autora de "Quando havia venezianos" (Falomo, 2010). Ela compara Veneza a um "parque temático" e enfatiza a necessidade de políticas que protejam a vida cotidiana dos moradores em detrimento dos interesses turísticos.

A realidade veneziana é particularmente desafiadora para os idosos, que lutam não só com o custo de vida, mas também com a logística de transporte em uma cidade sem carros. A gentrificação tem levado muitos residentes a alugar seus apartamentos por curtos períodos a preços elevados, enquanto vendas frequentemente são feitas para compradores estrangeiros que raramente visitam.

Falomo critica a perda contínua do tecido social e cultural de Veneza a cada novo desenvolvimento voltado para turistas ou residentes temporários, e não para a comunidade local. A família Morelli, que opera uma farmácia histórica perto da Ponte Rialto, mantém um contador eletrônico de população na vitrine, uma testemunha silenciosa do declínio contínuo dos residentes. "Adoraria ver o número aumentar", diz Andrea Morelli, "mas não vejo nenhum sinal disso no horizonte próximo."

Figura 5: Contagem da população de Veneza



Fonte: Venezia Today

Outra questão é o impacto na dinâmica social e comunitária. Com o aumento do número de apartamentos alugados para turistas, áreas que antes eram habitadas por residentes locais se transformam em bairros turísticos, com uma rotatividade constante de visitantes. Isso pode levar a um enfraquecimento do senso de comunidade, além de dificultar a formação de laços e relações entre os moradores.

Além disso, o crescimento do *Airbnb* tem sido associado ao aumento do turismo de massa e ao *overtourism* em Veneza. A oferta de acomodações de curto prazo incentiva o aumento do número de turistas que visitam a cidade, especialmente durante a alta temporada. Isso pode levar a uma sobrecarga da infraestrutura e uma experiência turística prejudicada tanto para os visitantes quanto para os moradores locais.

Diante desses problemas, o governo de Veneza tem implementado medidas para controlar o aluguel de curto prazo e proteger os interesses dos moradores locais. Restrições e regulamentações foram protegidas para limitar o número de dias que as propriedades podem ser alugadas como acomodação de curto prazo, além de exigir licenças especiais para operar nesse mercado. No entanto, a eficácia dessas medidas tem sido objeto de debate e críticas.

Veneza lançou uma abordagem inovadora para gerenciar o acesso de turistas em 2024, instituindo uma taxa de entrada destinada a moderar a superlotação de suas célebres vias e canais. A nova tarifa de €5, embora desenhada para redistribuir o fluxo de visitantes, provocou manifestações entre os moradores locais. Sinalizações explicativas foram afixadas em locais estratégicos, como a estação ferroviária, para orientar os visitantes sobre a cobrança.

Simone Venturini (Fraser e Silvestri, 2024), responsável pela política de turismo e coesão social da cidade, argumentou que a taxa visa equilibrar a convivência entre moradores e turistas de curta duração. Contudo, a medida encontrou resistência na comunidade, com muitos venezianos protestando. Eles argumentam que a taxa não apenas falha em conter o excesso de turismo, mas também introduz complexidade regulatória devido às inúmeras exceções previstas.

Cristina Romieri, uma manifestante, criticou a complexidade da medida, enquanto Giovanni Andrea Martini, representante de uma facção oposicionista no governo municipal, criticou a transformação de Veneza em um "museu a céu aberto". Durante uma manifestação pacífica em uma praça central, os protestantes levaram faixas com dizeres como "Não ao ingresso para *Vene-Land*", reafirmando seu apego à cidade.

O prefeito Luigi Brugnaro enfatizou que a iniciativa não visa aumentar as receitas, mas sim regular o fluxo turístico em um dos destinos mais procurados globalmente. A intenção é desencorajar visitas em horários de pico, incentivando turistas a escolherem outros períodos para suas visitas. "Estamos buscando tornar Veneza mais habitável", explicou ele, detalhando o programa piloto durante uma coletiva de imprensa.

A taxa se aplica somente aos visitantes diurnos da 'cidade velha', a região lagunar inteira, excluindo aqueles que pernoitam. O pagamento da taxa gera um

código QR, facilitando o acesso e a experiência na cidade. Estão isentos da cobrança pessoas com reservas em hotéis, visitantes menores de 14 anos, moradores locais, estudantes e trabalhadores, embora todos precisem se registrar previamente para acessar a cidade.

Magda Antonioli Corigliano (Momigliano, 2010), professora de turismo na Universidade Bocconi em Milão, destaca uma perspectiva interessante sobre o impacto dos visitantes em destinos turísticos, especialmente em Veneza. Ela argumenta que o tempo de permanência de um visitante na cidade pode influenciar significativamente o impacto ambiental e social de sua visita. Segundo Corigliano, excursionistas, aqueles que visitam a cidade apenas por um dia, tendem a ter um efeito mais negativo no território. Devido ao tempo limitado, eles frequentemente se concentram nos mesmos pontos turísticos populares, como a Praça São Marcos e a Ponte Rialto, contribuindo para a superlotação e o desgaste dessas áreas.

A professora explica que, na pressa de maximizar a experiência em um período curto, os excursionistas movem-se rapidamente de um local a outro, utilizando intensivamente os transportes públicos, como os vaporettos, e contribuindo para a sensação de congestionamento e pressão sobre os serviços locais. Esse comportamento não apenas intensifica a sensação de uma cidade sobrecarregada, mas também diminui a qualidade da experiência tanto para eles quanto para os outros visitantes e residentes.

Por outro lado, Corigliano salienta as vantagens trazidas pelos visitantes que escolhem pernoitar. Esses turistas têm a oportunidade de explorar Veneza com mais calma e profundidade. Com mais tempo disponível, podem descobrir locais menos conhecidos e desfrutar das belezas da lagoa de maneira mais relaxada e sustentável. Esta abordagem não só alivia a pressão sobre os pontos turísticos mais óbvios, mas também promove uma distribuição mais equilibrada dos visitantes pela cidade, ajudando a preservar a integridade e a autenticidade do ambiente veneziano.

A gestão do turismo em Veneza enfrenta desafios além da superlotação. Um problema prático que surge para os visitantes é a escassez de banheiros públicos. Em "A Síndrome de Veneza", documentário de Pichler et al. (2013), moradores expressaram curiosidade sobre onde os turistas poderiam encontrar banheiros em quantidade suficiente. A questão da falta de instalações sanitárias adequadas, já

antiga na cidade, tem sido amplamente debatida devido aos odores desagradáveis que podem ser percebidos nas ruas e espaços públicos, especialmente durante o verão.

Embora existam atualmente vinte banheiros públicos disponíveis, de acordo com relatórios do Venezia Unica, problemas como horários limitados de funcionamento, longas filas de espera, escassez de instalações e a relutância de alguns estabelecimentos em permitir que turistas usem seus banheiros podem agravar a situação. Essa falta de infraestrutura adequada pode contribuir para a persistência de problemas relacionados à higiene pública, afetando a qualidade da experiência turística e a percepção dos visitantes sobre a cidade.

No final de 2023, Veneza adotou medidas rigorosas para controlar o número de turistas em suas áreas mais congestionadas, incluindo suas icônicas praças e pontes. A nova proposta, que tem previsão de início em junho de 2024, limita os grupos turísticos a no máximo 25 pessoas e proíbe o uso de alto-falantes por esses grupos, uma prática que até então contribuía para o caos e perturbação em regiões históricas e ilhas vizinhas como Murano, Burano e Torcello.

Elisabetta Pesce, que supervisiona a segurança em Veneza, destacou a importância dessas restrições para a proteção dos moradores e a melhoria do tráfego de turistas nas áreas centrais e nas ilhas. "Nosso objetivo é fomentar um turismo sustentável e garantir a segurança de nossa cidade," disse Pesce. Esta ação visa se somar a uma série de iniciativas para mitigar os impactos negativos do turismo em massa, já mencionadas anteriormente, tais como a limitação do acesso de grandes navios de cruzeiro e a implementação de uma taxa para visitantes diurnos.

Bertocchi et al. (2019) concluíram que a capacidade de carga turística (TCC) de Veneza é um tema complexo que exige consideração cuidadosa, especialmente diante dos desafios do *overtourism*. Eles analisaram o nível de estresse de cada subsistema turístico em Veneza, incluindo a incerteza na determinação de parâmetros do modelo e os efeitos da economia compartilhada de residências. O modelo proposto pelos autores permite uma consideração flexível da incerteza relacionada aos impactos da superlotação, com a possibilidade de simular diferentes cenários de gestão de fluxos turísticos. Os autores também enfatizam a importância de políticas sustentáveis e destacam a necessidade de uma revisão mais ampla das políticas

locais, focada na gestão dos recursos culturais de Veneza. Eles propõem medidas como a criação de terminais de visitantes ao redor do centro histórico, um sistema de reserva para visitar a cidade e o uso de tecnologias para gerenciar fluxos de visitantes de forma mais eficaz. Essas propostas visam revitalizar economicamente e socialmente a cidade, garantindo uma experiência turística de qualidade e respeitando a capacidade de carga do destino.

De acordo com as reflexões de Settis (2014), a possível morte de Veneza não virá de uma invasão inimiga ou de uma nova civilização que a force para fora, mas sim do esquecimento de sua própria essência. Esse esquecimento não se trata da ignorância da História, mas da falta de consciência em relação ao papel singular da cidade, sua diversidade e unicidade, presentes em cada cidade.

Settis responsabiliza todos os italianos, os próprios venezianos (muitos deles já sensibilizados e vítimas da situação), e as autoridades, que detêm o poder de decisão, por essa possível perda. O autor também destaca que as cidades não são apenas formadas por edifícios e ruas, mas também pelas pessoas que nelas habitam, com suas diversas relações culturais, religiosas, sociais e vitais. A forma urbana é moldada e transformada ao longo do tempo por um poderoso mecanismo, denominado por Henri Lefebvre como produção do espaço. Esse espaço em que vivemos é, portanto, um espaço social em si mesmo, produzido pelo humano e resultado de processos econômicos, decisões políticas e escolhas culturais que modificam o equilíbrio entre o público e o privado, o religioso e o secular, o funcional e o simbólico. Cada sociedade cria seu próprio espaço, um contexto necessário para a atividade econômica, as hierarquias sociais, o poder, o conhecimento e os rituais. O espaço é extremamente relevante e identitário.

Dessa forma, Veneza ao longo dos séculos produziu um espaço cultural e social único, original e sem igual. Esse espaço social envolve e determina o corpo, gera percepções, uma ordem de valores, camadas de memória e experiências. Tudo na vida das pessoas depende do espaço em que estão inseridas, e raramente podem controlá-lo. A ação da sociedade sobre o espaço altera essas relações, devido à mudança de tradições e hábitos, por exemplo. Na cidade, na forma como foi concebida, o espaço é carregado de significado. Assim, ele oferece a cada um as coordenadas físicas de sua experiência, mas também o sentido de pertencimento, a identidade coletiva onde nos reconhecemos. O espaço em Veneza era, e ainda é,

uma identidade própria, não apenas por causa de sua História, mas também por causa do ambiente único da lagoa, da vida e da memória das famílias, dos canais, da vida cultural, artística, religiosa e econômica.

O planejamento urbano de Veneza apresenta limitações intrínsecas, pois não foi concebido para acomodar o intenso fluxo turístico contemporâneo. A cidade, originalmente projetada para uma realidade distinta, agora enfrenta desafios significativos devido ao desenvolvimento contínuo do turismo. Esse crescimento descontrolado resultou em uma pressão turística extrema, manifestada pelo surgimento de um grande número de restaurantes, lojas de souvenirs e acomodações, que se espalharam por todos os distritos.

A intensa proximidade entre as atrações turísticas e os serviços disponíveis torna a gestão do turismo um desafio ainda maior, especialmente considerando a delicadeza da paisagem arquitetônica local. As características geográficas únicas de Veneza, combinadas com a dificuldade em lidar com a superlotação turística, tornam evidente a necessidade urgente de um planejamento urbano mais eficaz e sustentável.

Para garantir a preservação da identidade e da integridade de Veneza como destino turístico, medidas precisas e abrangentes foram adotadas. Algumas dessas medidas incluem a implementação de restrições à entrada em determinadas áreas, a cobrança de taxas de entrada para visitantes e a promoção de iniciativas para diversificar o turismo e distribuir os fluxos de visitantes ao longo do ano e em diferentes partes da cidade.

Além disso, estão sendo realizados esforços para envolver a comunidade local e promover a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e da preservação do patrimônio de Veneza. Estas iniciativas visam equilibrar o turismo com as necessidades e interesses dos residentes, além de garantir a proteção a longo prazo da cidade.

4.2 O CASO DE MACHU PICCHU

Machu Picchu, a cidade perdida dos Incas, emerge majestosamente entre as montanhas dos Andes peruanos, a aproximadamente 2.430 metros acima do nível do mar. Sua localização geográfica impressionante contribui para a aura de mistério e beleza que envolve essa antiga cidade, que serve como um testemunho da engenhosidade e habilidade arquitetônica dos Incas.

Construída no século XV durante o apogeu do Império Inca, Machu Picchu era uma cidade sagrada e um centro político, religioso e administrativo. No entanto, sua existência foi breve, pois foi abandonada pelos Incas no século XVI, durante a conquista espanhola. Por séculos, permaneceu escondida da civilização ocidental até ser redescoberta pelo explorador americano Hiram Bingham em 1911 (HARASTA, 2018).

A cidade é cercada por dois picos imponentes, Machu Picchu e Huayna Picchu, e cortada pelo rio Urubamba. Essa localização estratégica não só proporciona uma vista deslumbrante, mas também confere à cidade uma certa segurança natural, dificultando o acesso e protegendo-a de invasões. Apesar das dificuldades de acesso, Machu Picchu emergiu como um dos destinos turísticos mais cobijados do mundo, atraindo aventureiros, historiadores e amantes da cultura antiga em busca de uma conexão com o passado.

Além de sua importância histórica e arquitetônica, Machu Picchu é um símbolo da cultura inca e um testemunho do avanço tecnológico e artístico alcançado por essa civilização. É também um importante centro de estudo para arqueólogos e historiadores, que continuam a desvendar os segredos dessa cidade antiga. O sítio arqueológico de Machu Picchu é não apenas o principal atrativo turístico do Peru, mas também o ponto mais visitado em toda a América do Sul. Esta cidade antiga e misteriosa, rodeada por picos nebulosos e envolta em lendas e histórias fascinantes, Machu Picchu cativa a imaginação de viajantes de todo o mundo.

A singularidade arquitetônica de Machu Picchu é verdadeiramente impressionante. As estruturas meticulosamente construídas pelos antigos incas,

utilizando pedras polidas sem o uso de argamassa, revelam uma engenhosidade e habilidade extraordinárias. Templos, palácios, terraços agrícolas e sistemas de água intrincados compõem este cenário magnífico, fundindo-se harmoniosamente com a paisagem natural. O Santuário Histórico de Machu Picchu é um testemunho único da Civilização Inca e mostra uma distribuição bem planejada de funções no espaço, controle do território e organização social, produtiva, religiosa e administrativa.

Além de sua importância histórica como centro cerimonial e possível residência real durante o apogeu do Império Inca no século XV, Machu Picchu é reconhecida internacionalmente como Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1983. Esta distinção ressalta sua relevância cultural e preserva sua herança para as gerações futuras. Apesar dos desafios de preservação e conservação em face do turismo em massa, Machu Picchu continua a encantar e inspirar visitantes de todo o mundo. A oportunidade de caminhar pela lendária Trilha Inca ou de contemplar a grandiosidade das ruínas incas de uma perspectiva única faz desta uma experiência inesquecível para aqueles que têm o privilégio de visitar este tesouro histórico.

O turismo em Machu Picchu teve seu ponto de partida no início do século XX, especialmente após a redescoberta da cidade perdida em 1911. A partir desse marco histórico, o interesse internacional por Machu Picchu cresceu exponencialmente, transformando-o em um dos destinos turísticos mais emblemáticos do Peru e do mundo. Nos anos subsequentes, o governo peruano iniciou um esforço significativo para desenvolver a infraestrutura necessária para acomodar os visitantes, incluindo a construção de estradas de acesso e a implementação de serviços turísticos.

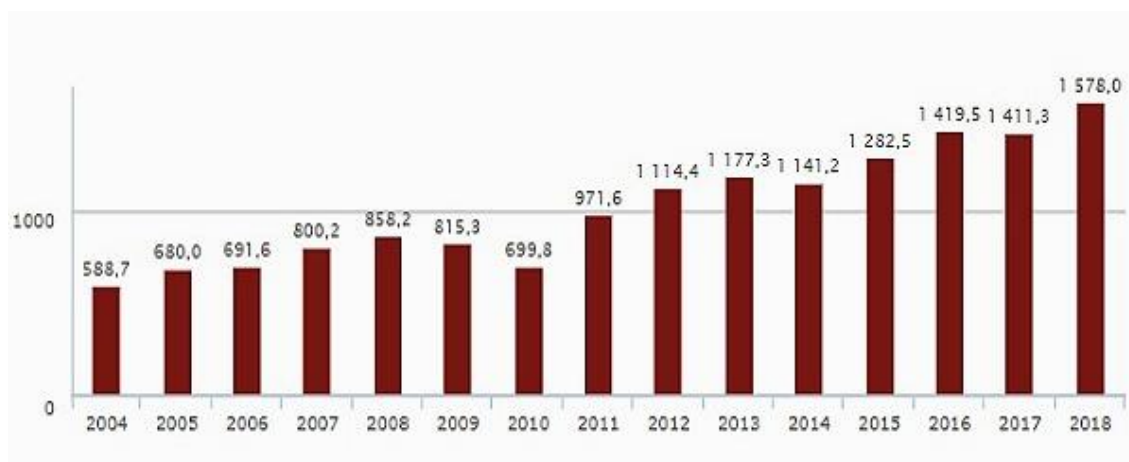
As iniciativas de conservação internacional destacaram a importância global de Machu Picchu, desencadeando um aumento significativo no turismo para a região. Antes de 1990, o Peru recebia menos de 5% do turismo na América do Sul, mas a introdução de melhorias na infraestrutura e a redução da violência tornaram o país mais atrativo para os visitantes. Estratégias de marketing agressivas, como a campanha "O turista é seu amigo", foram adotadas para promover o turismo como uma solução para os problemas econômicos do Peru, resultando em um boom turístico que continua até hoje. Entre 2000 e 2010, as chegadas e os gastos dos turistas internacionais no Peru dobraram, fazendo do turismo o setor de crescimento mais rápido da economia peruana.

Os visitantes têm algumas opções para chegar a Machu Picchu a partir de Cusco. A maneira mais comum é por via terrestre, onde os viajantes pegam um ônibus ou van até a estação de trem em Ollantaytambo. De lá, eles embarcam em um trem para Machu Picchu Pueblo, a cidade base próxima a Machu Picchu. Outra opção terrestre é dirigir até a hidrelétrica, onde os visitantes podem caminhar ou pegar um trem para Machu Picchu Pueblo. O acesso limitado de veículos a Machu Picchu incentivou a busca por alternativas de acesso, como a popular Trilha Inca. No entanto, o aumento do número de turistas na trilha tem causado danos significativos, levando à implementação de medidas para limitar o número diário de visitantes e aumentar as taxas de entrada. Essas medidas incluem a criação de uma lista de espera de três a seis meses para os turistas que desejam percorrer a trilha e a desencorajamento do desenvolvimento de novas rotas de acesso. Apesar disso, o debate sobre o acesso a Machu Picchu continua, pois um aumento no acesso poderia impulsionar ainda mais o turismo e aumentar os gastos estrangeiros na região.

O ano de 2023 começou com desafios significativos devido a eventos políticos e sociais no Peru (Bywater, 2023). Os protestos violentos que eclodiram após as eleições resultaram em bloqueios que afetaram severamente o acesso dos turistas à região. Cerca de 5.000 turistas ficaram presos em Cusco, enquanto outros 800 trilheiros ficaram retidos no início da trilha Inca, que leva à cidade perdida dos Incas. Essa interrupção teve um impacto substancial na indústria do turismo peruana, que estava se recuperando lentamente devido à pandemia e a outros desafios. Para compensar as perdas, as autoridades anunciaram um aumento significativo no limite diário de visitantes para Machu Picchu, aumentando-o para 5.600 pessoas por dia e o congestionamento voltou aos níveis pré-pandêmicos, especialmente nos horários de pico de visitação, ao nascer e ao pôr do sol.

Desde sua redescoberta, a cidadela tem alimentado o imaginário dos viajantes ao redor do mundo, levando a um aumento contínuo no número de turistas. Esse crescimento aconteceu paralelamente à melhoria dos sistemas de transporte e da acessibilidade, tornando Machu Picchu mais acessível do que nunca. De acordo com dados extraídos do Ministério de Cultura do Peru, a chegada de visitantes ao santuário histórico de Machu Picchu triplicou de 2004 a 2018, gerando enorme preocupação de especialistas.

Figura 6: Chegada de visitantes ao Santuário de Machu Picchu



Fonte: Ministério de Cultura – Dirección Regional de Cultura – Cusco

Desde sua descoberta até o final da década de 1990, Machu Picchu passou por intervenções esporádicas de conservação, sem um plano de ação integrado. A preocupação com os arranjos de gestão e os mecanismos de planejamento aumentou, levando a UNESCO a examinar o estado de conservação do Santuário a partir de 1996. Nos relatórios da UNESCO, destacou-se a urgência para o governo peruano adotar arranjos de gestão adequados e um planejamento mestre abrangente.

Em resposta, desde o final da década de 1990, o governo do Peru e as instituições responsáveis pela gestão do Santuário iniciaram a formulação, adoção e implementação de ferramentas de planejamento específicas. Isso marcou o início de uma cultura de "gerenciamento por planos" no Santuário, resultando na implementação de dois planos: o primeiro para o período de 1998 a 2003 e o segundo em 2005, ainda em vigor. Esses planos diferem profundamente em estrutura, intenções e capacidade de ser um motor eficaz de mudança, refletindo duas orientações e "visões de mundo" diferentes em termos de políticas culturais para a proteção e uso do local.

De acordo com Zan e Lusiani (2011), a complexa fragmentação institucional que caracteriza Machu Picchu é crucial para entender os planos diretores. O Santuário Histórico de Machu Picchu é simultaneamente um sítio natural e cultural da UNESCO, sujeito a dois ministérios diferentes no Peru, o Ministério da Educação (por meio do

Instituto Nacional de Cultura, INC) e o Ministério da Agricultura (por meio do Instituto Nacional de Recursos Naturais, INRENA). No entanto, devido às políticas de descentralização, é o ramo local do INC (INC-Cusco) que está encarregado dos aspectos culturais do local.

Além disso, a administração local de Machu Picchu Pueblo, anteriormente conhecida como Aguas Calientes, desempenha um papel crucial na gestão e governança do local, apresentando desafios significativos para a preservação do sítio arqueológico. A cidade, construída explicitamente para atender ao turismo da cidadela, foi identificada pela UNESCO como um dos principais problemas para a preservação de Machu Picchu. O rápido crescimento populacional de Machu Picchu Pueblo, de 400 para quase 4000 habitantes em menos de uma década, é a taxa de crescimento mais rápida do Peru, atribuída ao apelo internacional de Machu Picchu. No entanto, esse crescimento descontrolado tem transformado Machu Picchu Pueblo em uma armadilha turística para os visitantes das ruínas antigas.

O crescimento comercial não planejado e a chegada de um grande número de colonos transitórios têm gerado problemas inesperados para a cidade e seus moradores. A falta de infraestrutura adequada para tratamento de água levou a cidade a despejar resíduos humanos não tratados em rios locais, resultando em poluição ambiental. Além disso, a flutuação sazonal no emprego, as opções limitadas de subsistência e a falta de identidade coletiva contribuíram para as desigualdades sociais na região. Esses desafios exigem uma abordagem cuidadosa e integrada para garantir a sustentabilidade de Machu Picchu e seu entorno.

Outro aspecto relevante é a questão dos visitantes. Em 2007, cerca de 800.000 pessoas visitaram Machu Picchu, com a maioria chegando por meio do Caminho Inca. A taxa de entrada era de aproximadamente 40 dólares americanos, enquanto o custo do trem para chegar a Machu Picchu Pueblo variava de 90 a 130 dólares americanos, e o ônibus de Machu Picchu Pueblo para o Parque custava 9 dólares americanos. Isso ilustra a lucratividade do local e as externalidades associadas, como aluguéis fornecidos a empresas privadas e contratos com empresas locais de ônibus.

Em relação aos planos diretores, o Plano Diretor de 1998 foi compelido pela UNESCO e realizado de cima para baixo por uma pequena equipe de quatro consultores externos, com críticas severas da comunidade internacional por seu

caráter genérico e falta de operacionalidade. Em contraste, o Plano Diretor de 2005 foi considerado uma ferramenta de gestão operacional, com hierarquia de objetivos, estratégias e projetos específicos acoplados em suas tabelas detalhadas. Apesar de algumas inconsistências, o Plano de 2005 foi amplamente utilizado como referência nas práticas diárias do pessoal administrativo e profissional de Machu Picchu

Em 2017, entraram em vigor mudanças significativas para os turistas que visitavam Machu Picchu, sendo estas aprovadas pelo Ministério de Cultura do Peru (Nadal, 2017). O objetivo primordial era regular o uso sustentável e as visitas turísticas, visando a preservação da principal atração turística do país. Essas medidas foram uma resposta direta às críticas feitas pela UNESCO quanto ao número excessivo de visitantes anuais, destacando-se que o patrimônio histórico possui um limite diário de 2.500 visitantes, com mais de 70% deles chegando pela manhã. As mudanças abrangeram novos horários de visitação, requisitos para entrada no local e restrições de objetos durante a visita. A partir de julho de 2017, os visitantes tiveram que aderir a dois turnos de permanência no parque: das 6h às 12h e das 12h às 17h. Além disso, foi estabelecida a obrigatoriedade de apresentação do ingresso, documento oficial de identificação e acompanhamento por um guia de turismo oficial. Os grupos de turistas foram limitados a um máximo de 16 passageiros, seguindo um circuito pré-determinado pela administração do parque. Como parte das medidas de segurança, determinados objetos, como mochilas grandes, aerossóis e itens cortantes, foram proibidos durante a visita.

Para preservar o valor do local e enfrentar os desafios existentes, os esforços de gestão em Machu Picchu têm se concentrado principalmente na definição e regulação de sua capacidade de carga adequada. Em Machu Picchu, o turismo está pressionando os limites desses aspectos. O uso excessivo já causou danos a importantes vestígios arqueológicos, enquanto a superlotação tem afetado negativamente a experiência estética, a imersão histórica e a tranquilidade que atraem muitos visitantes. O aumento do número de visitantes pode afetar a percepção internacional de Machu Picchu como uma atração turística de destaque e diminuir seu valor como Patrimônio Mundial.

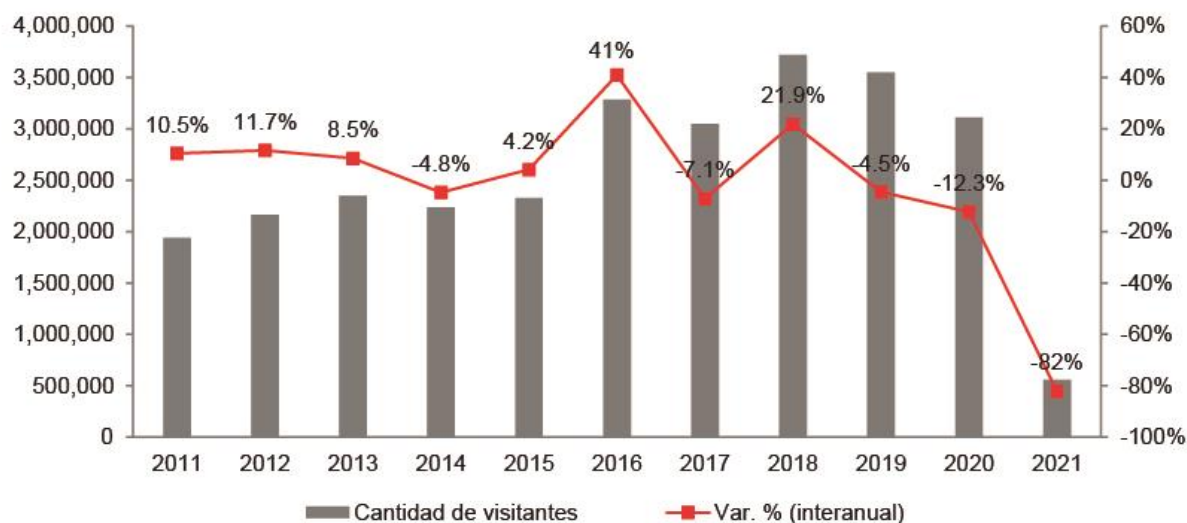
Embora os gestores e operadores reconheçam a importância dos estudos sobre capacidade de carga para a preservação do local, ainda não chegaram a um consenso sobre os números específicos. A UNESCO sugere limitar o número de

turistas a 800 por dia e recomenda o uso de calçados macios para reduzir a pressão sobre as ruínas. No entanto, agências interessadas em aumentar a receita turística na região consideram essa estimativa muito conservadora. O Instituto Nacional de Cultura (INC) do Peru, responsável pela operação diária de Machu Picchu, afirma que o local pode receber até 3000 turistas por dia. Por outro lado, a Orient Express Hotels, empresa britânica que administra o Machu Picchu Sanctuary Lodge e o trem PeruRail de Cusco, acredita que o local pode suportar facilmente mais de 4000 visitantes diários.

Diante dessas divergências, o Escritório Regional de Cultura do Peru aceitou de forma tentativa um plano de gestão que limitou, como informado anteriormente, as entradas diárias em Machu Picchu a 2.500 visitantes, com restrições adicionais para locais específicos dentro do Santuário. No entanto, alcançar um consenso duradouro sobre a capacidade de carga de Machu Picchu é improvável, dado o conflito de interesses entre os diferentes órgãos de gestão envolvidos. A falta de especificidade nos objetivos e metas de gestão, juntamente com um foco desproporcional na capacidade de carga geral, tem sido um obstáculo para muitos planos de gestão em destinos turísticos complexos.

O rápido crescimento turístico sofreu um significativo recuo, não como resultado de políticas públicas direcionadas a equilibrar o fluxo turístico e preservar a cidade, mas sim devido à pandemia de Covid-19. De acordo com dados do Ministério do Turismo Peruano, a chegada de turistas ao Peru teve uma queda de 82% em 2021, período em que a cidadela de Machu Picchu foi fechada para o turismo, refletindo os impactos drásticos da crise sanitária global no setor do turismo. No mesmo ano, um mês após o sítio ser reaberto, foi necessário reduzir a quantidade de visitantes devido ao aumento de infecções e mortes. Nesse período, o número de visitantes diários de 3.044 (na alta temporada, o número subia para 5.000), foi reduzido para 675, equivalente a 30% da capacidade da atração (Uol, 2021)

Figura 7: Evolução de visitantes a sítios turísticos do Peru (janeiro-março)



Fonte: Mincetur. Elaboração ComexPerú

Em 2022, com o intuito de reativar a economia da região andina de Cusco, diminuída pela pandemia, Ministério da Cultura Peruano publicou uma resolução aumentando a capacidade de 3.044 visitantes para 4.044. Essa decisão gerou críticas de especialistas, entre eles David Ugarte, ex-diretor de Cultura de Cusco. Segundo Ugarte (Estado de Minas, 2022):

"A intenção de aumentar a carga máxima sempre existiu. Isso vem de um mercantilismo selvagem que parte de não entender o que significava a memória histórica que Machu Picchu e que devemos preservar para sempre".

Como mencionado anteriormente, a gestão de Machu Picchu é complexa, envolvendo uma variedade de organizações locais e internacionais com interesses diversos, que abrangem desde a preservação até a exploração turística. Enquanto alguns defendem o aumento do acesso e a geração de receita, outros buscam limitar a visitação para preservar os aspectos ecológicos, arqueológicos e espirituais do local. Neste contexto, David Ugarte resume bem o dilema ao afirmar:

"As empresas de turismo estão pensando no lucro. Nossa tarefa é dar à próxima geração a oportunidade de continuar vendo essa maravilha por séculos ... Daqui a dez anos não haverá mais Machu Picchu. Não é apenas parte do nosso patrimônio. É uma parte da humanidade."

A discussão sobre um possível fechamento temporário de Machu Picchu surgiu no Peru no início de 2024, após quatro dias de protestos dos moradores de Machu Picchu Pueblo contra a "privatização" da venda de bilhetes para acessar a cidadela. Os residentes se opuseram à decisão do Ministério da Cultura de transferir a gestão da venda online dos ingressos para um intermediário privado, substituindo os pontos de venda locais pelo site tuboleta.cultura.pe.

Diante da falta de diálogo para resolver o impasse, que incluiu o fechamento de empresas, marchas e bloqueios na ferrovia, os líderes da mobilização propuseram o fechamento da cidadela por questões de segurança. Mais de 1.200 turistas, entre locais e estrangeiros, ficaram presos nos protestos e foram evacuados de trem, alguns sem conseguir entrar no complexo pré-hispânico. A polícia organizou e garantiu a saída dos turistas após os bloqueios nas estradas (O Globo, 2024), resultando na suspensão do serviço de trem, o principal meio de transporte na região, e prejuízos diários estimados em um milhão de soles (cerca de R\$ 1,31 milhão).

O site de venda apresentou problemas e inicialmente, o governo atribuiu os problemas técnicos, mas posteriormente relatou suspeitas de corrupção na gestão dos bilhetes disponibilizados para venda. O chefe da Casa Civil mencionou a necessidade de combater uma "máfia" que se envolveu ilegalmente na questão das passagens, reafirmando a determinação em mudar esse modelo corrupto. Após um mês da polêmica decisão e cinco dias de protestos, a ministra Leslie Urteaga anunciou um acordo, tornando pública a venda de ingressos para Machu Picchu.

Diante dos desafios apresentados, Machu Picchu ainda enfrenta limitações no que diz respeito à quantidade de visitantes, uma questão que continua sendo alvo de críticas por parte de especialistas. Para lidar com essa questão complexa, uma série de medidas foram implementadas:

- Restrição de acesso: Como medida para controlar o número de visitantes, restrições foram estabelecidas para o acesso a Machu Picchu. Agora, o número diário de visitantes é limitado e a aquisição de ingressos deve ser feita com antecedência, com horários de entrada pré-agendados. Essa abordagem não apenas visa controlar o fluxo de turistas, mas também distribuí-los ao longo do dia, visando reduzir aglomerações e preservar a qualidade da experiência de visita.

- Limitação de permanência: Os visitantes agora têm um tempo limitado para explorar Machu Picchu, geralmente entre quatro e seis horas. Essa medida foi adotada para garantir que mais pessoas tenham a oportunidade de visitar o local e reduzir o congestionamento, ao mesmo tempo em que preserva a qualidade da experiência para os turistas.
- Trilhas e rotas específicas: Foram estabelecidas trilhas e rotas específicas para os visitantes seguirem durante uma visita a Machu Picchu. Essa iniciativa visa direcionar o fluxo de turistas de maneira mais eficiente, minimizando o impacto nos locais sensíveis e nas estruturas históricas, garantindo ao mesmo tempo uma experiência enriquecedora para os visitantes.
- Guias de turismo obrigatórios: Agora é necessário ter um guia de turismo oficial para visitar Machu Picchu. Essa medida foi implementada para assegurar que os visitantes recebam informações precisas e relevantes sobre o local, sua história e sua importância cultural. Além disso, os guias ajudam a controlar o comportamento dos turistas e proteger as áreas sensíveis, garantindo uma visita responsável e respeitosa ao patrimônio.
- Medidas de conservação: Foram integradas ações de conservação, incluindo a restauração de estruturas danificadas e a implementação de medidas para preservar o meio ambiente natural ao redor de Machu Picchu. Isso envolve a proteção de alimentos e bebidas nas áreas sensíveis, a promoção de práticas sustentáveis entre os visitantes e o desenvolvimento de iniciativas para minimizar o impacto ambiental das atividades turísticas.

Outro aspecto crucial é a desigualdade na distribuição dos lucros do turismo em Machu Picchu, afetando significativamente a comunidade local de Machu Picchu Pueblo. A empresa britânica Orient Express Hotels, proprietária da PeruRail, possui um monopólio no transporte para o Vale Sagrado e é proprietária do único hotel próximo às ruínas, o Machu Picchu Sanctuary Lodge. Os residentes locais argumentam que essa empresa estrangeira, responsável por transportar a maioria dos turistas para Machu Picchu, retira toda a riqueza gerada na região. Os estudos de Lincoln R. Larson & Neelam C. Poudyal (2012), revelam que em muitos destinos turísticos nos Andes peruanos, mais de 90% das receitas do turismo não beneficiam

as comunidades locais. Apesar de os operadores turísticos promoverem o turismo como uma atividade sustentável, na prática, isso raramente é efetivo. A UNESCO propôs que 10% das receitas dos ingressos de Machu Picchu sejam destinados a Machu Picchu Pueblo para melhorar a infraestrutura local. Contudo, para assegurar benefícios socioeconômicos duradouros para as comunidades locais, é crucial alcançar elevados níveis de integração social, comunicação e construção de confiança entre os envolvidos na indústria do turismo.

Mesmo se uma distribuição mais equitativa da receita do turismo em comunidades carentes for alcançada, as culturas locais ainda podem sofrer. Os povos indígenas do Peru, descendentes dos construtores incas de Machu Picchu, estão preocupados com a pressão do governo por mais instalações turísticas e maior acesso à região de Cusco. O incanismo, um movimento peruano, responde a essas preocupações exaltando as virtudes da civilização inca e criticando os europeus como o flagelo das Américas. O incanismo defende a preservação de tesouros históricos, como Machu Picchu, para fins tradicionais. Os moradores de Machu Picchu Pueblo recentemente pediram à Universidade de Yale que devolvesse artefatos incas levados pelo explorador Hiram Bingham há quase um século, e a devolução desses artefatos começou em 2011.

O impacto do turismo em Machu Picchu não se limita apenas à cidade histórica, mas se estende por todo o Vale Sagrado, incluindo lugares como Ollantaytambo, onde o crescimento do turismo tem sido acompanhado por mudanças significativas na comunidade local. A chegada de turistas tem impulsionado a abertura de diversos estabelecimentos comerciais, como restaurantes, bares, casas de massagem e lojas de lembranças, para atender à demanda crescente.

Embora esses novos negócios possam trazer benefícios econômicos para alguns grupos, como oportunidades de emprego e aumento da receita, eles também têm um impacto negativo sobre os moradores locais. Muitas vezes, esses estabelecimentos vendem produtos e serviços a preços elevados, tornando-os inacessíveis para os residentes locais e alterando a dinâmica social e cultural da região.

Um fenômeno que tem sido observado é a gentrificação, onde os moradores locais são deslocados de suas casas e negócios para dar lugar a empreendimentos

voltados para turistas. Isso cria uma sensação de exclusão entre os moradores locais, que se sentem marginalizados em seu próprio ambiente.

Um exemplo claro dessa transformação é a Plaza de Armas em Ollantaytambo. Antes um local predominantemente residencial, a praça agora está repleta de lojas e restaurantes voltados para turistas, com placas em inglês. O aumento do turismo desde 2008 transformou a dinâmica da praça, antes dominada por atividades locais. Essas mudanças evidenciam a necessidade de políticas e práticas de turismo mais sustentáveis, que levem em consideração os impactos sociais e culturais sobre as comunidades locais. É essencial que o turismo em Machu Picchu e no Vale Sagrado seja gerido de forma responsável, preservando a identidade e o bem-estar das comunidades locais.

Em termos econômicos, o turismo é uma parte vital da economia peruana, gerando empregos e receitas significativas. No entanto, o aumento do turismo em Machu Picchu também trouxe consigo desafios, como a gentrificação, aumento dos preços dos imóveis e mudanças na dinâmica social. A dependência excessiva do turismo pode criar uma vulnerabilidade econômica para a comunidade local, especialmente quando não há diversificação econômica.

Do ponto de vista cultural, Machu Picchu é um patrimônio mundialmente famoso que representa a rica história e cultura dos povos incas. O aumento do turismo pode levar à descaracterização cultural, à perda de identidade e à exploração cultural. A falta de inclusão das perspectivas e necessidades da comunidade local nas decisões sobre turismo pode contribuir para a alienação e insatisfação dos moradores locais.

Além disso, o impacto ambiental do turismo em Machu Picchu também é uma preocupação importante. O aumento do número de visitantes pode levar à degradação ambiental, poluição e danos aos ecossistemas frágeis da região. A gestão inadequada dos resíduos, a erosão dos trilhos e a pressão sobre os recursos naturais são apenas alguns dos problemas ambientais associados ao turismo excessivo.

Enquanto a região é conhecida por sua biodiversidade impressionante, abrigando milhares de espécies de plantas, animais e aves, o rápido crescimento do turismo tem levado a impactos significativos no meio ambiente local. A trilha Inca, uma das principais atrações turísticas de Machu Picchu, é particularmente suscetível à

degradação ambiental. Em 2008, mais de 141.000 pessoas fizeram a caminhada de 3 a 5 dias ao longo da trilha Inca, resultando em um impacto substancial no ambiente local (Maxwell, 2009).

Um dos principais problemas ambientais causados pelo turismo de massa em Machu Picchu é a gestão inadequada dos resíduos sólidos. A falta de infraestrutura adequada para a disposição de resíduos sólidos resultou em poluição da água e redução da cobertura vegetal ao longo das trilhas e acampamentos (Agusti, 2003). Embora tenham sido construídas instalações sanitárias para tentar aliviar parte da pressão sobre o meio ambiente local, a questão da disposição inadequada de resíduos ainda persiste como um problema sério (Maxwell, 2009).

Além dos impactos diretos no meio ambiente, o turismo de massa em Machu Picchu também tem causado problemas sociais, como a falta de envolvimento da comunidade local na indústria do turismo. Como resultado, muitos residentes locais não têm incentivo para preservar o ambiente. Em algumas áreas rurais, atividades agrícolas e de exploração de madeira têm fragmentado a floresta, resultando na perda de espécies nativas (Agusti, 2008). Essas atividades representam uma ameaça direta à biodiversidade da região e destacam a necessidade urgente de abordar os problemas ambientais causados pelo turismo de massa em Machu Picchu.

Para lidar com os desafios do *overtourism* em Machu Picchu, é crucial adotar uma abordagem integrada e sustentável. Isso envolve não apenas o envolvimento ativo da comunidade local nas decisões, mas também o desenvolvimento de práticas de turismo sustentável e a implementação de políticas que equilibrem os benefícios econômicos do turismo com a preservação do patrimônio cultural e natural da região.

No entanto, apesar da necessidade de participação da população local para melhorar a situação da cidadela, é evidente que a influência significativa de diversos grupos econômicos e a própria população, sem a orientação adequada, priorizam o aumento da receita com o aumento do número de turistas. As políticas adotadas em Machu Picchu desde 2007 não foram suficientes para abordar o cerne do problema, resultando em medidas inadequadas que apenas buscam minimizar os impactos.

A economia da região, que depende fortemente do turismo, também carece de diversificação, e grande parte dos benefícios econômicos não é absorvida pela população local do Vale Sagrado. Essas medidas, além de impactarem a preservação

da cidadela, também prejudicam a experiência dos visitantes, afetando diretamente o principal atrativo cultural do país.

4.3 O CASO DE FERNANDO DE NORONHA

Fernando de Noronha, um arquipélago vulcânico localizado no Oceano Atlântico, cerca de 350 km ao nordeste de Natal, no Brasil, é um dos destinos turísticos mais exclusivos e preservados do país. Sua história remonta a séculos atrás, quando foi descoberto e nomeado por Fernão de Loronha, um comerciante português, em 1503. Desde então, passou por diversas fases, desde seu uso como prisão durante o período colonial até sua transformação em uma reserva natural e destino turístico de renome mundial (PERNAMBUCO, 2010).

O Arquipélago de Fernando de Noronha, é composto por 21 ilhas e ilhotas de origem vulcânica, totalizando 26 km² de área terrestre. A ilha principal, que também é chamada de Fernando de Noronha, cobre cerca de 17 km² e abriga a única comunidade civil oceânica do Brasil. A paisagem é marcada por falésias, praias de areia branca, águas cristalinas e uma rica vida marinha, tornando-a um paraíso para os amantes da natureza e mergulhadores.

Este arquipélago é uma região geoeconômica, social e cultural do Estado de Pernambuco, constituída como Distrito Estadual pela Lei Estadual nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995. Sua administração é regida por um estatuto próprio, com autonomia administrativa, através da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ATDEFN), diretamente ligada ao governo de Pernambuco.

A demografia de Fernando de Noronha é complexa, com uma divisão clara entre residentes permanentes, temporários e a população flutuante. Os residentes permanentes são aqueles que estabeleceram residência na ilha há mais de 10 anos, conforme estabelecido pelo Decreto Distrital nº002/2016. Por outro lado, os moradores temporários são aqueles que vivem e trabalham em Fernando de Noronha por mais de 30 dias, mantendo um vínculo empregatício no local.

Além desses grupos, há também a população flutuante, que inclui visitantes e trabalhadores temporários com permanência inferior a 30 dias. Os turistas, como parte dessa população, são obrigados a pagar uma Taxa de Preservação Ambiental (TPA) como uma forma de controle migratório, conforme estabelecido em regulamentação estadual de Pernambuco em 1989. Essa taxa visa não apenas gerar receita para a

conservação ambiental da ilha, mas também controlar o número de visitantes, garantindo a sustentabilidade do turismo em Fernando de Noronha.

Fernando de Noronha é um lugar que abriga uma comunidade pequena, com cerca de 3.000 habitantes, sendo a maioria concentrada na Vila dos Remédios, a principal área urbana da ilha. A economia local se apoia principalmente no turismo, que se tornou a principal fonte de renda da ilha nas últimas décadas. No entanto, a gestão do turismo em Fernando de Noronha é um desafio complexo devido às preocupações com a sustentabilidade e a preservação ambiental.

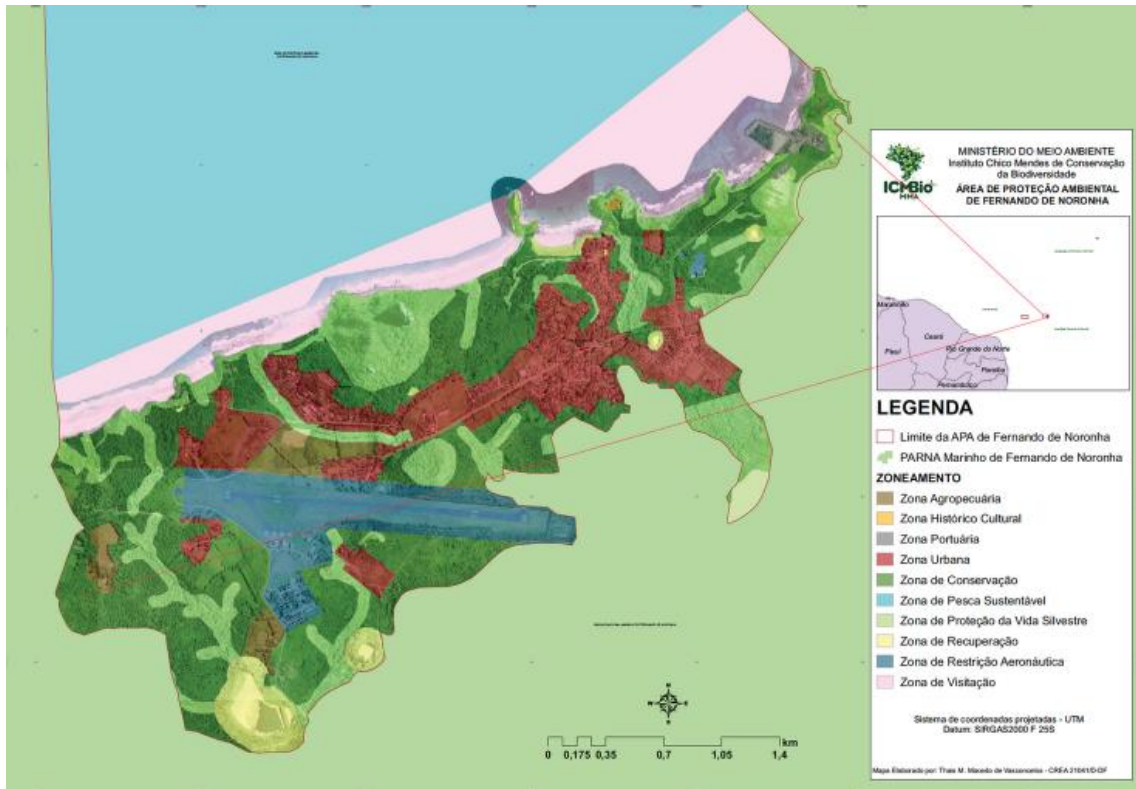
O arquipélago de Fernando de Noronha é protegido por duas importantes Unidades de Conservação (UCs) federais, que abrangem tanto sua área terrestre quanto marinha. A Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo (APA-FN), estabelecida em 1986, e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR-FN), criado em 1989, têm como objetivo principal preservar a biodiversidade única da região. Além dessas, foram criadas duas UCs Estaduais no arquipélago, a Área de Proteção Ambiental Estadual de Fernando de Noronha (1989) e o Parque Estadual de Fernando de Noronha (1995), porém, até o momento, não foram implementadas. Essas UCs desempenham um papel crucial na proteção do ecossistema marinho e terrestre da ilha, garantindo que as atividades humanas sejam realizadas de maneira sustentável e responsável.

A Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo (APA-FN) é uma importante unidade de conservação que abrange não apenas a ilha principal, mas também algumas ilhas secundárias do arquipélago. Nessa área, é possível encontrar uma rica diversidade de vida marinha, sendo um local de suma importância para a reprodução de diversas espécies. A pesca é permitida de forma controlada, garantindo a sustentabilidade dos recursos pesqueiros locais. Além disso, a APA-FN abriga algumas estruturas essenciais para a comunidade local, como hospitais, escolas e comércio, além de oferecer diversas opções de hospedagem para os visitantes, como pousadas e hotéis.

Por outro lado, o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR-FN) é uma unidade de conservação de proteção integral, o que significa que suas regras são mais restritivas. Essa área engloba não apenas parte da ilha principal, mas também uma extensa porção marinha ao redor do arquipélago, onde

se encontram alguns dos melhores pontos de mergulho autônomo do mundo. Nessa área, a pesca é proibida, visando preservar a fauna marinha e garantir a saúde dos ecossistemas locais.

Figura 8: Mapa do Arquipélago de Fernando de Noronha com destaque para as Unidades de Conservação APA-FN e PARNAMAR-FN.



Fonte: Parnanoronha

Fernando de Noronha é reconhecida pela sua beleza natural excepcional e pela diversidade do seu ecossistema marinho. Com uma vida marinha abundante, praias paradisíacas e paisagens deslumbrantes, a ilha conquistou um lugar de destaque entre os destinos turísticos mais procurados do Brasil.

O turismo em Fernando de Noronha teve início no final da década de 60 e hoje é um destino turístico consolidado, atraindo tanto brasileiros quanto estrangeiros. Os principais atrativos do arquipélago incluem o turismo de praia, náutico, surf, mergulho livre, mergulho autônomo e a contemplação da natureza. A ilha oferece uma variedade de experiências únicas, desde relaxar em praias de areias brancas e águas cristalinas até explorar os recifes de coral e a rica vida marinha em mergulhos emocionantes.

Com o aumento da divulgação como destino turístico, Fernando de Noronha experimentou um expressivo crescimento no fluxo de visitantes. Entre 2017 e 2021, a ilha registrou um aumento significativo de 21% no número de turistas (Pereira, 2022). No ano seguinte, o destino bateu recorde, recebendo 149 mil visitantes (Portal G1, 2023). Esse rápido crescimento do turismo, aliado ao fato de ser uma ilha com características peculiares e infraestrutura limitada, tem impactos significativos em vários setores. Essas limitações intensificam as preocupações em relação aos impactos do turismo desenfreado em Fernando de Noronha

Estudos sobre o desenvolvimento do turismo em áreas como o Parque Nacional Marinho e a APA de Fernando de Noronha são essenciais para compreender e mitigar os possíveis impactos gerados. É fundamental buscar formas de realizar a prática turística em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da preservação das áreas protegidas. Os resultados dessas análises podem contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, valorizem as comunidades locais e evitem conflitos nas esferas ambiental, econômica, sociocultural e política causados pelo turismo em massa desordenado.

A popularidade de Fernando de Noronha tem gerado problemas relacionados ao *overtourism*, colocando significativa pressão sobre a capacidade de carga da ilha. Antes da pandemia, a ilha testemunhou fluxos de visitantes muito além de sua capacidade. Em 2018, por exemplo, a região recebeu 541,9 mil pessoas, um número muito superior ao limite anual de 89,8 mil visitantes estabelecido pelo Plano de Manejo do Parque. Durante a alta temporada, a ilha chegou a receber até 1,2 mil visitantes por dia (Estadão, 2022). Essa situação tem levado a questões como degradação ambiental, impactos na infraestrutura local, aumento dos preços e descaracterização da cultura local. Medidas de gestão e controle do turismo são necessárias para preservar a beleza e a sustentabilidade de Fernando de Noronha.

O aumento do turismo em Fernando de Noronha tem trazido desafios significativos para a ilha, refletindo-se em problemas de infraestrutura e preservação ambiental. Apenas metade das residências da ilha têm acesso à coleta de esgoto, e a água potável é obtida principalmente por meio de um dessalinizador local ou da água da chuva, o que resulta em necessidade constante de racionamento. Além disso, as obras autorizadas pelo Estado muitas vezes não seguem as normas estabelecidas

no Plano de Manejo, contribuindo para a sobrecarga no sistema de abastecimento de energia e para a redução da biodiversidade, levando à extinção de espécies (Coelho, 2019).

O crescimento do turismo tem um impacto direto no número de residentes na ilha. O censo de 2022 (Censo, 2022) registrou uma população de 3.167 pessoas, porém, de acordo com estudos de Pereira (2022), os moradores acreditam que esse número seja muito maior. Essa percepção é corroborada por dados mais antigos, como o estudo de Moreira et al. em 2011, que estimou uma população próxima de 11.350 habitantes, sendo que a maioria dos entrevistados considerava que havia um excesso de pessoas vivendo na ilha.

O aumento do turismo em Fernando de Noronha tem se tornado uma preocupação crescente, especialmente à luz dos dados mais recentes sobre a Capacidade de Suporte da APA-FN. Atualmente, a ilha abriga, em média, cerca de 4 mil pessoas, incluindo turistas, moradores permanentes e temporários, esse número equivale ao dobro que seria o adequado como Capacidade de Carga Efetiva (CCE) Populacional do arquipélago (ICMBio, 2009).

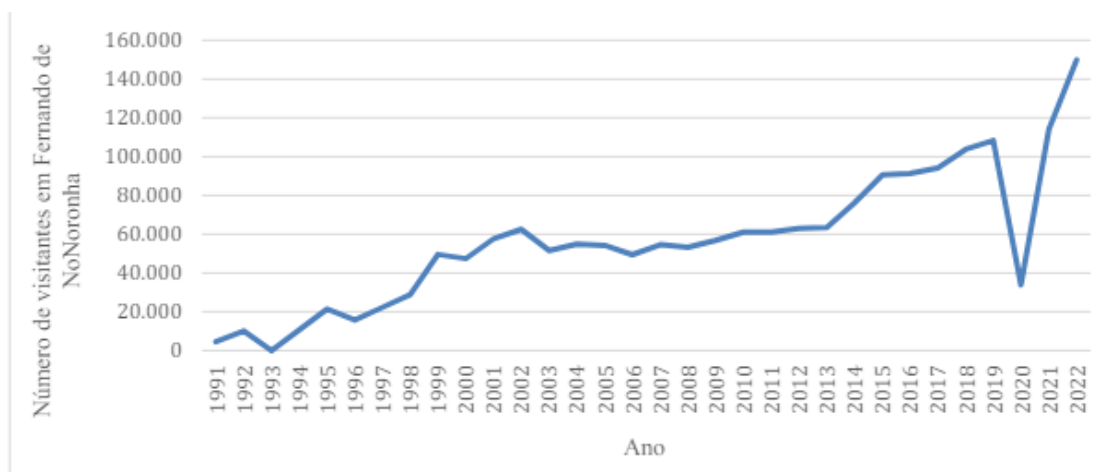
Com a pandemia de Covid-19, as atividades turísticas em Fernando de Noronha foram suspensas de abril a agosto de 2020. A normalização dos voos ocorreu apenas em dezembro daquele ano, proporcionando um breve período de recuperação para a ilha (Paixão et al., 2021). Em outubro de 2022, novas restrições, incluindo a proibição de pousos de aviões a jato, voltaram a limitar a chegada de turistas.

Essas variações constantes, combinadas com o aumento contínuo do número de visitantes, evidenciam a necessidade urgente de um planejamento e gestão sustentáveis. Atualmente, as medidas adotadas se restringem ao controle de entradas e ao aumento de taxas. Isso revela uma lacuna significativa na gestão, que ainda não conseguiu equilibrar as necessidades econômicas da ilha com a redução do impacto ambiental e a priorização da qualidade de vida dos moradores. Para garantir a sustentabilidade de Fernando de Noronha, é essencial desenvolver estratégias que não apenas controlem o fluxo turístico, mas também promovam práticas que minimizem os impactos negativos no meio ambiente. Possíveis medidas incluem a implementação de um sistema de controle de visitantes que limite o número diário de turistas, a introdução de taxas de conservação ambiental para financiar projetos de

preservação e restauração, e o incentivo ao turismo fora da alta temporada para reduzir a pressão sobre os recursos naturais. Além disso, promover a educação ambiental entre os turistas pode ajudar a conscientizá-los sobre a importância de práticas sustentáveis, como a redução do uso de plásticos, a não perturbação da fauna local e o respeito às áreas protegidas. A adoção de tecnologias verdes, como sistemas de energia renovável e gestão de resíduos eficiente, também pode contribuir significativamente para a sustentabilidade da ilha. Parcerias com organizações não governamentais e a comunidade local são cruciais para a implementação e monitoramento dessas medidas, assegurando que o desenvolvimento turístico esteja alinhado com os objetivos de conservação ambiental e bem-estar da população local.

Em 2022, como apresentado anteriormente, Fernando de Noronha recebeu 149.839 turistas (Portal G1, 2023), representando um aumento de aproximadamente 23% em relação ao ano anterior. Esse crescimento contínuo no número de visitantes impõe uma pressão cada vez maior sobre os recursos limitados da ilha, destacando a necessidade urgente de estratégias de gestão mais eficazes.

Figura 9: Número de visitantes em Fernando de Noronha ao longo dos anos



Fonte: ATDEFN

A capacidade máxima de turistas estabelecida pelo Estudo de Capacidade de Suporte, utilizada também no Plano de Manejo da APA-FN, é de 89.790 visitantes por ano. No entanto, em 2023, um novo limite de 132.000 turistas anuais foi instituído através de um Acordo de Gestão Integrada entre a União e o Estado de Pernambuco (Ação Cível Originária nº3568/PE), com um teto de 11.000 turistas por mês, vigente até a conclusão de um novo estudo de capacidade.

O sistema de esgotamento sanitário da ilha opera próximo ao limite, com a mais recente Estação de Tratamento, inaugurada em fevereiro de 2023, funcionando a plena capacidade (Compesa, 2023). Insumos como água mineral, materiais de construção e produtos industrializados chegam à ilha por importação via avião ou barcos de carga, cuja frequência e quantidade aumentam conforme o turismo cresce. Em 2008, apenas três barcos de carga operavam na ilha, mas esse número subiu para 14 em 2023 (Projeto Golfinho Rotador).

A poluição da água por hidrocarbonetos dos motores das embarcações, dos quais cerca de 30% do combustível não queimado é descartado diretamente no mar (ICMBio, 2009), é uma preocupação crescente. O número de embarcações turísticas aumentou de 35 em 2008 para 93 em 2023 (Projeto Golfinho Rotador), afetando o comportamento da fauna marinha, que sofre alteração de comportamento devido à presença das embarcações.

O aumento do fluxo turístico também eleva a produção de resíduos sólidos. Em 2009, a ilha produziu 3,3 mil toneladas de resíduos, aumentando para 5,5 mil toneladas em 2021 (SNIS). Projeções indicam que a produção de resíduos sólidos, que era de cerca de 7 ton/dia em 2010 chegarão a quase 12 ton/dia em 2030 (ATDEFN, 2018), um aumento insustentável para a ilha. A Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos (UTRS) realiza a triagem, compostagem dos resíduos orgânicos e transporte dos resíduos secos para o continente, operação que consome cerca de 40% da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) paga pelos turistas (PGIRS, 2018).

A emissão de CO₂ em 2005 foi de 50,33 toneladas, superando a média de países inteiros como Estados Unidos e Canadá (ICMBio, 2009). A principal fonte de energia elétrica, cerca de 90%, provém da queima de óleo diesel em termelétrica, com consumo mensal de diesel aumentando de 270 mil litros em 2007 para aproximadamente 550 mil litros em 2018, resultando em 1.170.000 kg de CO₂ emitidos por mês (WWF, 2021). A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) consome 150 mil kWh, 15% de toda a energia da ilha (Compesa, 2023), para o sistema de dessalinização que produz 65% da água potável, gerando poluição sonora aquática e degradação costeira (ICMBio, 2009; Compesa, 2021).

Outra questão é a falta de planejamento e controle adequado do fluxo turístico. O aumento no número de visitantes tem sobrecarregado as infraestruturas e serviços

disponíveis na ilha, como transporte, hospedagem, abastecimento de água e coleta de resíduos. A falta de investimentos nessas áreas essenciais prejudica não apenas a experiência dos visitantes, mas também a qualidade de vida da população local.

Para enfrentar o *overtourism* e proteger a ilha de Fernando de Noronha, o governo e as autoridades locais adotaram medidas de manejo. Uma das principais estratégias é a implementação de um sistema de controle de acesso por meio da cobrança de taxas de preservação ambiental e exigência de autorização prévia para visitação. Essas medidas visam limitar o número de visitantes diários e controlar o fluxo de turistas na ilha.

Outra medida importante é o investimento na melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos na ilha. A adição do tratamento de esgoto, o fornecimento adequado de água, a gestão eficiente de resíduos e a melhoria da mobilidade são ações necessárias para garantir a qualidade de vida tanto dos moradores locais quanto dos visitantes.

É fundamental destacar que as medidas adotadas até o momento são passos importantes para lidar com o *overtourism* em Fernando de Noronha. A cobrança da taxa de preservação ambiental contribui para o financiamento de projetos de conservação e infraestrutura na ilha. Além disso, a conscientização ambiental e a promoção do turismo sustentável são elementos-chave para garantir que os visitantes compreendam a importância de preservar o ecossistema único de Fernando de Noronha.

Outro serviço ecossistêmico cultural significativamente afetado é a própria atividade turística. De acordo com Beni (1998), o turismo é moldado por uma combinação de recursos naturais, culturais e serviços disponíveis em um local. Dessa forma, a escassez de água, a poluição marinha, a poluição sonora, as alterações na biodiversidade, as mudanças comportamentais da fauna, a degradação de ecossistemas naturais e a ocupação territorial desordenada podem impactar diretamente a satisfação dos turistas em Fernando de Noronha. A beleza cênica e a biodiversidade marinha do arquipélago são os principais atrativos para os visitantes (Pereira, 2022).

Existe uma clara dependência da população de Fernando de Noronha com o setor do turismo (Pereira, 2022). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), 61,2% dos empregos e 65% dos estabelecimentos na ilha estão ligados ao turismo (IPEA, 2015). Com a economia quase toda voltada para o turismo, os impactos sobre a identidade cultural da região também são sentidos.

A ocupação territorial desordenada e a degradação de ecossistemas naturais também afetam a integridade paisagística da ilha, reduzindo a qualidade visual e a experiência estética dos visitantes (Portal G1, 2019). A gestão inadequada do desenvolvimento urbano pode levar a uma fragmentação de habitats, comprometendo a biodiversidade e a resiliência ecológica do arquipélago. Dessa forma, a integração de práticas de planejamento urbano sustentável é crucial para manter a atratividade turística e preservar os valores naturais e culturais da ilha.

Fernando de Noronha se destacou no Nordeste brasileiro em 2005 com indicadores impressionantes de desenvolvimento humano. Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,862 em 2005, a ilha apresentava a maior renda per capita da região, alcançando R\$ 558,95 em 2000, e a maior expectativa de vida, atingindo 75,11 anos, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD. Esses números eram notáveis, especialmente quando comparados com a média do Nordeste, onde o turismo, principal atividade econômica do arquipélago, também predominava em muitas outras cidades. Em 2010, o IDHM da ilha foi registrado em 0,788, refletindo as continuidades e mudanças na dinâmica socioeconômica de Fernando de Noronha (IBGE, 2010).

A sustentabilidade do turismo em Fernando de Noronha depende, portanto, de um equilíbrio delicado entre a exploração econômica e a preservação ambiental. Políticas integradas que considerem as necessidades ecológicas, econômicas e sociais da ilha são essenciais para assegurar que as futuras gerações possam continuar a desfrutar deste patrimônio natural e cultural. A implementação de um turismo consciente, que respeite os limites ecológicos e valorize a identidade local, é o caminho para garantir a longevidade da atividade turística e o bem-estar da comunidade noronhense.

Além disso, é essencial garantir a participação e o engajamento da comunidade local no planejamento e nas decisões relacionadas ao turismo. O envolvimento dos residentes de Fernando de Noronha é fundamental para garantir que suas necessidades, preocupações e interesses sejam levados em consideração, além de

compartilhar os benefícios socioeconômicos do turismo de forma justa. Entre as medidas adotadas em Fernando de Noronha, temos:

Restrição de visitantes: Uma das principais medidas adotadas em Fernando de Noronha é a limitação do número de visitantes que podem acessar a ilha em um determinado período. Isso é feito por meio da exigência de uma taxa ambiental e da necessidade de obter uma autorização prévia para visitar o arquipélago. Essa restrição visa controlar o fluxo de turistas e garantir que a capacidade de carga da ilha não seja excedida, protegendo assim o ecossistema frágil e preservando a experiência única oferecida por Fernando de Noronha.

Controle do acesso às praias e atrativos naturais: Além da restrição de visitantes, são implementadas medidas para controlar o acesso às praias e atrativos naturais de Fernando de Noronha. Isso inclui a limitação do número de pessoas permitidas em determinados locais, como o mergulho em determinadas áreas protegidas. Essa abordagem busca evitar a superlotação, garantir a preservação dos ecossistemas marinhos e terrestres e promover um turismo mais sustentável.

Gestão de resíduos e sustentabilidade: Fernando de Noronha também investe em medidas de gestão de resíduos e sustentabilidade. A ilha busca minimizar o impacto ambiental do turismo por meio da coleta seletiva de lixo, incentivo à redução do uso de plásticos descartáveis e conscientização dos visitantes sobre práticas de consumo. Além disso, são iniciativas de conservação e preservação da fauna e flora locais, como a proteção de tartarugas marinhas e aves migratórias.

Promoção de turismo responsável: Fernando de Noronha promove o turismo responsável, incentivando os visitantes a acompanhar o meio ambiente e a cultura local. São realizadas campanhas de conscientização sobre a importância da preservação, além de fornecer informações aos turistas sobre as regras e diretrizes a serem seguidas durante a visita. A ideia é promover uma experiência de turismo consciente e de baixo impacto, em que os visitantes compreendam a importância de preservar e conservar o arquipélago.

Além disso, foram implantadas barreiras ambientais, como a proteção do uso de protetor solar convencional, visando proteger os ecossistemas marinhos sensíveis de Fernando de Noronha. A conscientização ambiental tem sido enfatizada, com

programas de educação para os turistas e incentivos ao turismo sustentável, como a prática do mergulho responsável.

A Taxa de Preservação Ambiental (TPA), implementada em 1989, é a principal ferramenta de controle migratório em Fernando de Noronha (Pernambuco, 1989; ATDEFN, 2004). O valor da taxa varia conforme a duração da estadia do turista, começando em 97,16 reais em 2024¹. A TPA foi criada para equilibrar a ocupação humana com a preservação ambiental do arquipélago, levando em conta suas peculiaridades ecológicas e limitações de infraestrutura. Essa taxa assegura que os visitantes possam utilizar a infraestrutura local e acessar o patrimônio natural e histórico da ilha, além de aprimorar o controle do fluxo de pessoas e moradias no distrito (ATDEFN, 2004).

O Programa Noronha Carbono Zero, iniciado com o Decreto Distrital nº 005/2016, disciplina a entrada, permanência e saída de veículos no distrito, buscando minimizar o desequilíbrio ecológico causado pelo aumento de veículos. Em 2019, foi incentivada a substituição de carros a combustão por elétricos, através de autorizações ecológicas (ATDEFN, 2019). Em complemento, a Lei nº 16.810, de 7 de janeiro de 2020, proibiu a entrada e circulação de veículos a combustão desde 2023. Apesar dessa iniciativa, a redução das emissões de carbono depende de mudanças na geração de eletricidade, já que 90% da energia na ilha provém de combustíveis fósseis (WWF, 2021). Para contornar esse problema, foram instaladas cinco estações fotovoltaicas para abastecimento dos veículos elétricos, com planos de expansão (Exame, 2023).

Na área de turismo, as respostas institucionais específicas derivam do Plano Nacional de Turismo (2008) e programas como o PRODETUR, que visam alinhar o desenvolvimento turístico com a preservação ambiental. No entanto, falta uma política específica para Fernando de Noronha que integre todas as questões relacionadas ao turismo. A atividade turística gera várias pressões, como aumento da demanda por água potável, produção de resíduos sólidos, expansão da frota de veículos e novas construções. Essas pressões levam a mudanças no estado ambiental, incluindo alterações na biodiversidade, comportamentos da fauna e degradação de ecossistemas.

¹ <https://www.noronha.pe.gov.br/catalogo-de-servicos/taxa-de-preservacao-ambiental-tpa/>

O bem-estar humano é significativamente afetado, especialmente nos serviços ecossistêmicos culturais, como a beleza cênica e as oportunidades de turismo e recreação. O aumento do fluxo turístico na ilha revela a inadequação da infraestrutura existente, gerando dificuldades para os moradores que enfrentam problemas como ruas não pavimentadas (Portal G1, 2018). Isso sugere que os gastos públicos são direcionados prioritariamente para atender os visitantes. As respostas institucionais estão voltadas para esses serviços, mas a ausência de uma gestão integrada específica para o turismo em Fernando de Noronha ressalta a necessidade de uma política mais abrangente. A implementação de uma gestão ambiental integrada pode oferecer soluções viáveis para os problemas ambientais, promovendo um turismo sustentável com a participação ativa da comunidade local (Vasconcelos e Coriolano, 2008).

O Plano de Gestão Sustentável Integrada (PGSI) de Fernando de Noronha, em elaboração, promete melhorar a gestão ambiental do distrito (Portal Noronha, 2023). No entanto, a desatualização dos Planos de Manejo e do Estudo de Capacidade de Carga é uma lacuna significativa que precisa ser abordada. A capacidade de carga da ilha deve ser determinada e revisada regularmente para garantir a sustentabilidade do turismo.

Concluindo, o fenômeno do *overtourism* em Fernando de Noronha exige uma gestão rigorosa e integrada. A criação de políticas específicas e atualizadas, que considerem todas as pressões e impactos identificados, é essencial para preservar a singularidade ambiental e cultural da ilha. A implementação de práticas sustentáveis e a participação ativa da comunidade local são fundamentais para equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, garantindo que Fernando de Noronha continue a ser um destino turístico viável e respeitador do meio ambiente.

5 - CONCLUSÃO

A análise dos casos de Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha revela como o crescimento do turismo de massa, impulsionado pelo aumento dos cruzeiros e pelas companhias aéreas *low cost*, transformou esses destinos emblemáticos em pontos de pressão turística. Esses locais, cada um com suas peculiaridades históricas, culturais e naturais, têm enfrentado desafios significativos para equilibrar a necessidade de desenvolvimento econômico com a preservação de seus patrimônios únicos. O fenômeno do *overtourism* nesses destinos exemplifica como o turismo de massa pode rapidamente se tornar uma ameaça à sustentabilidade e à qualidade de vida das comunidades locais.

Machu Picchu, a cidade perdida dos Incas, tem atraído um número crescente de turistas desde sua redescoberta em 1911. O governo peruano implementou várias políticas para conter o impacto do turismo excessivo, incluindo limitações no número de visitantes diários, horários de visita divididos em turnos e a obrigatoriedade do acompanhamento por guias de turismo. Contudo, apesar dessas medidas, o sítio arqueológico frequentemente excede a capacidade recomendada, resultando em degradação ambiental e sobrecarga da infraestrutura. A pressão contínua para aumentar o número de visitantes, especialmente incentivada por campanhas de marketing agressivas e melhorias na infraestrutura de transporte, exacerba os desafios de gestão do local.

Veneza, com sua rede de canais e rica história, também tem sido severamente impactada pelo turismo de massa. A cidade recebe diariamente milhares de turistas, muitos deles desembarcando de cruzeiros gigantescos que ancoram no porto de Marghera. As políticas adotadas pela administração veneziana, como a introdução de uma taxa de entrada para turistas diurnos e a restrição da entrada de grandes navios de cruzeiro, são tentativas de mitigar os impactos. No entanto, essas medidas se mostram insuficientes diante da complexidade dos problemas enfrentados. A cidade sofre com a gentrificação, onde a conversão de residências em acomodações turísticas, como as oferecidas pelo Airbnb, eleva os preços e expulsa os moradores locais. Além disso, a poluição dos canais e a erosão dos edifícios históricos são problemas críticos que continuam a desafiar a gestão urbana e ambiental de Veneza.

Fernando de Noronha, um paraíso ecológico no Brasil, experimentou um aumento significativo no fluxo de visitantes nas últimas décadas. As políticas de controle de acesso, como a Taxa de Preservação Ambiental (TPA) e a exigência de autorização prévia para visita, são esforços para equilibrar a ocupação humana com a preservação ambiental. Entretanto, a infraestrutura da ilha, incluindo o sistema de esgotamento sanitário e o fornecimento de água potável, opera no limite de sua capacidade. A produção de resíduos sólidos aumenta a um ritmo insustentável, e a poluição da água por hidrocarbonetos dos motores das embarcações é uma preocupação crescente. As medidas adotadas até agora, que se restringem ao controle de entradas e ao aumento de taxas, não conseguiram equilibrar as necessidades econômicas da ilha com a redução do impacto ambiental e a priorização da qualidade de vida dos moradores.

As políticas adotadas em Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha para conter o *overtourism* são frequentemente superficiais e focam principalmente na taxa e limitação de acesso. Essas medidas, embora necessárias, são insuficientes para abordar os problemas estruturais subjacentes. A falta de políticas mais abrangentes que considerem as novas dinâmicas do turismo, como o crescimento do Airbnb e a gentrificação, revela uma lacuna significativa na gestão sustentável desses destinos. Em Machu Picchu, por exemplo, o aumento dos preços e a transformação de áreas residenciais em zonas turísticas são questões que afetam diretamente os moradores locais. Em Veneza, a gentrificação tem expulsado os habitantes, transformando a cidade em um parque temático para turistas. Em Fernando de Noronha, a pressão sobre os recursos naturais e a infraestrutura limitada são exacerbadas pelo fluxo constante de turistas, afetando a qualidade de vida dos residentes permanentes.

Além disso, a dependência econômica do turismo em Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha cria uma tensão constante entre a necessidade de receitas e a preservação ambiental e cultural. Em Machu Picchu, o turismo é uma das principais fontes de renda para a região, mas a sobrecarga de visitantes ameaça a integridade do sítio arqueológico. Veneza enfrenta um dilema semelhante, onde o turismo é vital para a economia local, mas a cidade luta para manter seu patrimônio cultural e a qualidade de vida de seus habitantes. Em Fernando de Noronha, o turismo é a

principal atividade econômica, mas a infraestrutura da ilha não consegue acompanhar o crescimento do fluxo de visitantes, resultando em problemas ambientais e sociais.

Para enfrentar os desafios do *overtourism*, é crucial adotar uma abordagem mais integrada e sustentável que vá além das medidas superficiais de taxaço e limitação de acesso. É necessário desenvolver políticas que incluam a regulamentação do Airbnb, a gestão da habitação e a prevenção da gentrificação, protegendo os moradores locais e preservando a autenticidade cultural. Em Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha, o envolvimento ativo das comunidades locais no planejamento e na gestão do turismo é fundamental para garantir que suas necessidades e preocupações sejam levadas em consideração. Investimentos em infraestrutura sustentável, como sistemas de esgotamento sanitário e fornecimento de água potável adequados, são essenciais para suportar o fluxo de turistas sem comprometer a qualidade de vida dos residentes.

A sustentabilidade do turismo em Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha depende de um equilíbrio delicado entre a exploração econômica e a preservação ambiental. Políticas integradas que considerem as necessidades ecológicas, econômicas e sociais desses destinos são essenciais para assegurar que as futuras gerações possam continuar a desfrutar desses patrimônios naturais e culturais. A implementação de um turismo consciente, que respeite os limites ecológicos e valorize a identidade local, é o caminho para garantir a longevidade da atividade turística e o bem-estar das comunidades locais.

Dessa forma, o fenômeno do *overtourism* em Machu Picchu, Veneza e Fernando de Noronha exige uma gestão mais rigorosa e integrada. As políticas atuais, focadas principalmente em limitar o acesso e aumentar taxas, são insuficientes para enfrentar os desafios complexos e multifacetados apresentados pelo turismo de massa. É imperativo adotar abordagens mais abrangentes que considerem o impacto do Airbnb e da gentrificação, promovendo uma regulamentação que proteja os moradores locais e preserve a autenticidade cultural. Apenas com uma abordagem holística, que equilibre o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a qualidade de vida dos residentes, será possível garantir que esses destinos continuem a encantar e inspirar futuras gerações sem comprometer sua integridade e autenticidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, J. A importância das companhias aéreas de baixo custo no desenvolvimento do turismo nas cidades de Lisboa e Porto. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2014.

AGUSTÍ, F. *Gestão Ambiental do Caminho Inca a Machu Picchu: Diagnóstico e Propostas de Solução*: Instituto Machu Picchu, Cusco, 2003.

ALI, R. Exploring the Coming Perils of *Overtourism*. 2016. Disponível em: <<https://skift.com/2016/08/23/exploring-the-coming-perils-of-overtourism/>>. Acesso em: 09 abril 2024.

ALMEIDA, C.; Costa, C. A operação das companhias aéreas de baixo custo na Europa: O caso da Ryanair. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17/18, 387-402, 2012.

ALTUN, E. The Dichotomy of *Overtourism*: How Did Venice Become Venice? Master's Degree in Comparative International Relations. Università Ca' Foscari Venezia, 2021/2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361412096_The_Dichotomy_of_Overtourism_How_Did_Venice_Become_Venice. Acesso em: 12 outubro 2023.

ANDERSON, N. Noronha dá início às atividades previstas no Plano de Gestão Sustentável Integrada (PGSI). Acontece em Noronha. In: Portal Noronha. Fernando de Noronha, 2023. Disponível em: <https://www.noronha.pe.gov.br/noronha-da-inicio-as-atividades-previstas-no-plano-de-gestao-sustentavel-integrada-pgsi>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BARBOT, C. Estudo de previsão da procura de passageiros e carga no Aeroporto Francisco Sá Carneiro 2007-2020: Estudo sobre os modelos de gestão para o Aeroporto Francisco Sá Carneiro. FEP, 3-29, 2008.

BARROS, A. P. de; Silva, L. G. (orgs.). Turismo e sustentabilidade: Novos paradigmas e práticas. São Paulo: Senac, 2016.

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 13. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

BERENDT, J. The city of falling angels. New York: Penguin Press, 2005.

BERTOCCHI, D. et al. Venice and *Overtourism*: Simulating Sustainable Development Scenarios through a Tourism Carrying Capacity Model. 2019. Disponível em: <https://iris.unive.it/retrieve/handle/10278/3721330/241997/sustainability-bertocchi.pdf>. Acesso em: 09 março 2024.

BRIDA, J.; Osti, L.; Barquet, A. Segmenting resident perceptions towards tourism: A cluster analysis with a multinomiallogit model of a mountain community. *International Journal of Tourism Research*, 12(5), 591-602. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jtr.778>. Acesso em: 09 março 2024.

BRITO, J. Turismo mundial sobe e registra 1,5 bi de chegadas de turistas internacionais em 2019. Disponível em: https://www.mercadoeventos.com.br/_destaque_/turismo-mundial-sobe-e-registra-15-bi-de-chegadas-de-turistas-internacionais-em-2019-diz-omt. Acesso em: 08 fev. 2024.

BYWATER, T. Machu Picchu, Peru visitor cap raised to 5600 a day, but *overtourism* fears. Disponível em: <https://nzherald.co.nz/travel/machu-picchu-visitor-cap-increased-to-5600-a-day-to-bolster-peru-tourism/Y4JVXFHP5ZGUTB2PD757QLJQKA>. Acesso em: 12 abril 2024.

CHEUNG, K. S., YIU, C. Y. Touristification, Airbnb and the tourism-led rent gap: Evidence from a revealed preference approach. Disponível em: <https://sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517722000802?via%3Dihub>. Acesso em: 01 de abril 2024.

CLARK, R. N.; Stankey, G. H. The Recreation Opportunity Spectrum: A Framework for Planning, Management, and Research. Disponível em: https://www.fs.usda.gov/Internet/FSE_DOCUMENTS/stelprdb5346574.pdf. Acesso em: 01 abril 2024.

COELHO, T. Recorde de visitantes em Fernando de Noronha aumenta risco de impacto do turismo no meio ambiente. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/29/recorde-de-visitantes-em-fernando-de-noronha-aumenta-risco-de-impacto-do-turismo-no-meio-ambiente.ghtml>.. Acesso em: 14 outubro 2023.

Compesa. Nota Técnica - Agosto/2023. Informe técnico Compesa Fernando de Noronha, 2023.

COSTA, C. Tourism planning: A perspective paper. *Tourism Review*, 75(1), 198-202. 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/TR-09-2019-0394/full/html>. Acesso em: 06 abril 2024.

DELGADO, M. Turistofobia. *El País*, [ON-LINE]. 2008. Disponível em: https://elpais.com/diario/2008/07/12/catalunya/1215824840_850215.html. Acesso em: 6 jan. 2024.

DIRKSMEIER, P.; Helbrecht, I. Resident perceptions of new urban tourism: A neglected geography of prejudice. *Geography Compass*, 9(5), 276-285, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gec3.12201>. Acesso em: 09 abril 2024.

DOGANIS, R. *Flying off course: The economics of international airlines*. New York: Routledge, 2010.

DOGANIS, R. The battle for supremacy in Europe's short haul markets. *Airline Leader*, 6, 29-25, 2011.

ESHLIKI, S.; Kaboudi, M. Community perception of tourism impacts and their participation in tourism planning: a case study of Ramsar, Iran. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, 36, 333-341, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.03.037>. Acesso em: 09 abril 2024.

Exame. Turismo mundial vai recuperar nível pré-pandemia, diz agência da ONU. Disponível em: <http://exame.com/mundo/turismo-mundial-vai-recuperar-nivel-pre-pandemia-diz-agencia-da-onu>. Acesso em: 07 de abril. 2024.

FAVERO, G.; Moretti, A. The Venice International Film Festival and the city: building a cultural tourist destination by juxtaposition. In: *Cities and Creativity from the Renaissance to the Present* (pp. 216-236). Routledge, 2017.

FERNADES, V. WTTC: Turismo representará 11,4% da economia global em 10 anos. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2024/04/wttc-turismo-representara-114-da-economia-global-em-10-anos_204554.html. Acesso em: 08 abril 2024.

GARAU-VADELL, J.; Gutierrez-Taño, D.; Diaz-Armas, R. Economic crisis and residents' perception of the impacts of tourism in mass tourism destinations. *Journal of Destination Marketing & Management*, 7, 68-75, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2016.08.008>. Acesso em: 03 abril 2024.

GÓMEZ-IBAÑEZ, A.; Tarrahi, M. *Overtourism*: Understanding the Phenomenon and Implications. *Tourism Review*, 2020.

HALL, C. M. *Carrying Capacity in Tourism*. Progress in Tourism and Hospitality Research, 2001.

HARASTA, Jesse; RIVER, Charles. *Machu Picchu: La historia y misterio de la ciudad inca*. Createspace Independent Publishing Platform, 2018.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. *Estudo e Determinação da Capacidade de Suporte da APA de Fernando de Noronha e seus Indicadores da Sustentabilidade com vistas à Implementação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental e da Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. *Mensurando o emprego no setor turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local*. Brasília: Rio de Janeiro, 2015.

LARSON, L. R.; POUDYAL, N. C. Developing Sustainable Tourism through Adaptive Resource Management: A Case Study of Machu Picchu, Peru. *Journal of Sustainable Tourism*, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2012.667217>. Acesso em: 08 abril 2024.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. Ed. Centauro, 2009.

LINCOLN, R. L.; Neelam, C. P. Developing Sustainable Tourism through Adaptive Resource Management: A Case Study of Machu Picchu, Peru. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(7), 917-938, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2012.667217>. Acesso em: 09 abril 2024.

MANGIAPANE, G. Squatters occupy Venice homes in housing protest as tourism surges. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKCN1RO19P>. Acesso em: 09 abril 2024.

NORWICH, John Julius. *A history of Venice*. Vintage Books, 1987.

MAXWELL, K. *Making Machu Picchu: Embedding History and Embodying Nature in the Peruvian Andes*. Agrarian Studies Program, Yale, and Earth and Environment, Franklin and Marshall College, 2009.

MOREIRA, J. C.; Reis, A. C.; Silva Junior, J. M. Fernando de Noronha Archipelago: Community perspectives on tourism. In: 7th International Conference on Small Island Cultures, 2011, Arlie Beach. 7th International Conference on Small Island Cultures, 2011. v. 1. p. 34-41.

MONTECUBIO CORDERO, J. C. Residents Perception of Tourism: A Critical Theoretical and Methodological Review. Disponível em: <https://docenti.unimc.it/gianluigi.corinto/teaching/2021/24338/files/lectures-and-papers/residents-perception-of-tourism.pdf>. Acesso em: 01 abril 2024.

MOMIGLIANO, A. Venice Tourism May Never Be the Same. It Could Be Better. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/07/02/travel/venice-coronavirus-tourism.html>. Acesso em: 12 abril 2024.

MORETTI, A.; Favero, G. The Venice International Film Festival and the city: building a cultural tourist destination by juxtaposition. In: *Cities and Creativity from the Renaissance to the Present* (pp. 216-236). Routledge, 2017.

NADAL, P. Machu Picchu restringe o acesso para não morrer pelo próprio sucesso. *El País*, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/24/elviajero/1500918498_125283.html. Acesso em: 09 abril 2024.

OLIVEIRA, F. V. de. Capacidade De Carga Nas Cidades Históricas - Col. Turismo - 1. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

PAIXÃO, W. B.; Cordeiro, I. J. D.; Leite, N. K. Efeitos da pandemia do COVID-19 sobre o turismo em Fernando de Noronha ao longo do primeiro semestre de 2020. *RBTUR*, São Paulo, 15(1), 2128, 2021.

PEETERS, P.; Gössling, S.; Klijs, J.; Milano, C.; Novelli, M.; Dijkmans, C.; Eijgelaar, E.; Hartman, S.; Heslinga, J.; Isaac, R.; Mitas, O.; Moretti, S.; Nawijn, J.; Papp, B.; Postma, A. Research for TRAN Committee - *Overtourism*: impact and possible policy responses. European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels, 2018.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. História das Comarcas Pernambucanas. 2ª ed. Recife, 2010

PEREIRA, A. I. A. Indicadores de Sustentabilidade na Avaliação do Turismo em Unidades de Conservação: Um Estudo de Caso no Arquipélago de Fernando de Noronha / Adriana Israel de Almeida Pereira. - Natal, 2022. 115f.: il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Lagoa Nova.

PICHLER, A.; Boa, A.; Schade, J. T. Das Venedig Prinzip [Documentary]. 2013. Disponível em: https://www.austrianfilms.com/film/das_venedig_prinzip. Acesso em: 12 março 2022.

Portal G1 2023. Noronha bate recorde de visitação em 2022: ilha recebeu mais de 149 mil turistas. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranaguacu/blog/viver-noronha/post/2023/02/24/noronha-bate-recorde-de-visitacao-em-2022-ilha-recebeu-mais-de-149-mil-turistas.ghtml>. Acesso em: 24 fevereiro 2023.

Portal G1 2018. Comunidade de Fernando de Noronha reclama da infraestrutura da ilha. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranaguacu/blog/viver-noronha/post/2018/06/05/comunidade-de-fernando-de-noronha-reclama-da-infraestrutura-da-ilha.ghtml>. Acesso em: 05 junho 2023.

Portal G1 2019. Recorde de visitantes em Fernando de Noronha aumenta risco de impacto do turismo no meio ambiente. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/29/recorde-de-visitantes-em-fernando-de-noronha-aumenta-risco-de-impacto-do-turismo-no-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 29 janeiro 2024.

Pernambuco. Lei nº 10.403, de 29 de dezembro de 1989. Institui os tributos no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, dispõe sobre a sua competência tributária e dá outras providências, 1989.

PEREIRA, A. I. A. Indicadores de Sustentabilidade na Avaliação do Turismo em Unidades de Conservação: Um Estudo de Caso no Arquipélago de Fernando de Noronha / Adriana Israel de Almeida Pereira. - Natal, 2022. 115f.: il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Lagoa Nova.

RICHARDS, G. Tourism and Sustainable Community Development. Routledge, 2007.

SETTIS, S. Se Venezia muore. Torino: Giulio Einaudi editore, 2014.

SILVA, Gustavo Faleiros da. Turismo descontrolado ameaça ambiente de Fernando de Noronha. O Eco, 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/turismo-descontrolado-ameaca-ambiente-de-fernando-de-noronha/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SILVA-JR, J. M. Manejo “In Situ” do Golfinho-Rotador no Parque Nacional e na Área de Preservação Ambiental de Fernando de Noronha. In: CARBOGIN, J. B. P.

Estratégias de Conservação da Biodiversidade no Brasil. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2007, pp.44-49.

STAREPRAVO, F. A.; Marquez, O. A. B. Turismo e impactos culturais: reflexões sobre a capacidade de carga em sítios históricos. Revista Acadêmica de Economia, Administração e Turismo, 2014.

TESTA, S. E le chiamano navi. Venice: Corte del Fontego editore, 2011.

UNWTO; UNESCO; UNEP. Managing Tourism at World Heritage Sites: A Practical Manual for World Heritage Site Managers. UNESCO, 2010.

VALCÁRCEL, M. ¿Y si muriese Venecia?. ABC Cultural (Saturday edition), 2 June, 14-15, 2018.

VASCONCELOS, F. P.; Coriolano, L. N. M. T. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada, 8(2):259-275, 2008.

WWF. Geração de Energia em Fernando de Noronha - Alternativas para a diminuição de emissões de CO2 no transporte e eletricidade. Brasil, 2021.

ZAN, L.; Lusiani, M. Managing Change and Master Plans: Machu Picchu Between Conservation and Exploitation. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225613785_Managing_Change_and_Master_Plans_Machu_Picchu_Between_Conservation_and_Exploitation. Acesso em: 09 abril 2024.